



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0542/07	DATA: 9/5/2007
INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 17h14min	DURAÇÃO: 02h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h50min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – General-de-Brigada
JUAREZ GENIAL – General-de-Brigada

SUMÁRIO: Esclarecimento dos motivos que ensejaram a demissão da equipe encarregada da segurança dos Jogos Pan-Americanos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta reunião de audiência pública foi convocada a requerimento do Deputado Marcelo Itagiba, para esclarecimento dos motivos que ensejaram a demissão da equipe encarregada da segurança dos Jogos Pan-Americanos.

Foram convidados o General-de-Brigada Sérgio Lineu Vasconcelos Rosário e o General-de-Brigada Juarez Genial, responsáveis, até 13 de abril de 2007, pelas atividades de chefia e supervisão da área de segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Peço a S.Exas. que tomem assento à mesa. *(Pausa.)*

Esclareço que, para ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, estabelecidos pelo Regimento da Casa: os convidados disporão de 20 minutos para sua exposição, não sendo permitidos apartes nesse período. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Terminada a exposição, iniciaremos os debates. Cada interpelante deverá fazer sua formulação no prazo máximo de 3 minutos, tendo o convidado igual tempo para respondê-la. Serão permitidas a réplica e a tréplica, também pelo prazo de 3 três minutos.

Quero dizer, a título de esclarecimento e de informação, especialmente aos nossos convidados, que a Casa, especialmente nas quartas-feiras, tem múltiplas atividades no mesmo horário. Hoje, de forma até atípica, estamos tendo, também no mesmo horário, sessão plenária, o que termina contribuindo para que não tenhamos a participação de Deputados, na medida da importância da audiência pública que aqui se realiza. Mas nem por isso o caráter da reunião perde importância.

É com muita alegria que nós os recebemos aqui, tendo a convicção que, de fato, as informações que os senhores aqui prestarão hão de contribuir significativamente para os trabalhos desta Comissão.

Quero louvar o Deputado Marcelo Itagiba por ter apresentado o requerimento para a realização desta audiência pública. Louvo S.Exa., não só como profissional de segurança pública, mas também como Parlamentar que, recém-chegado a esta Casa, no primeiro mandato, já demonstra ações muito propositivas, de muito acerto. Faço esse registro por justiça.

Parabéns, Deputado Marcelo Itagiba!



Concedo a palavra, pelo prazo regimental de 20 minutos, ao General-de-Brigada Sérgio Lineu Vasconcelos Rosário.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, pedi a palavra até para explicar o contexto da nossa solicitação.

Prezo muito as Forças Armadas Brasileiras, especialmente pelo trabalho que executei, durante toda minha vida profissional, como Delegado de Polícia Federal, como Secretário de Segurança Pública e como Superintendente. Das Forças Armadas, em todos os locais onde estive, sempre recebi integral apoio para a realização das minhas missões profissionais.

Tive oportunidade de trabalhar, por curto período, com o General Rosário, em função do cargo que exerci como Superintendente da Polícia Federal, no Rio de Janeiro. Fui inclusive ao México, a fim de lutar para que o Rio de Janeiro se tornasse sede dos Jogos Pan-Americanos. Obtivemos essa vitória. Depois, prosseguimos, na condição de Subsecretário-Geral de Segurança Pública e de Secretário de Segurança Pública.

Portanto, o objetivo é entender os motivos que levaram à dispensa de uma equipe de grandes profissionais, altamente capacitados, que durante os últimos 3 anos fizeram o planejamento dos jogos mais importantes que o Brasil realizará nesta década — e que tenha realizado neste século até o momento, os Jogos Pan-Americanos. É necessário entender por que esses grandes profissionais foram dispensados dos seus trabalhos há apenas dois meses e meio da realização desses Jogos.

Isso nos causa estranheza e preocupação, principalmente quando vimos as Forças Armadas participarem de forma integrada do processo de segurança pública da vinda Papa. Por que não a contribuição das Forças Armadas e desses homens até o término dos Jogos Pan-Americanos?

Esta é a observação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade de poder dizer o que entendo como importante nesta discussão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - V.Exa. foi muito oportuno.

Cumprimento a Deputada Marina Maggesi, a assessoria dos partidos da Comissão, as pessoas que aqui comparecem porque entendem que esta é uma audiência importante.

Saúdo o Dr. Carlos Eduardo, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e o Dr. Caio, Assessor Parlamentar da Polícia Federal no Congresso Nacional.

Com a palavra o General Sérgio Lineu Vasconcelos Rosário.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Deputado João Campos, na sua pessoa presto minha saudação a esta Casa e, em particular, ao Deputado Marcelo Itagiba, com quem tive a oportunidade e o privilégio de compartilhar, embora por poucos momentos, mas durante um espaço de tempo até razoável, de discussões a respeito de segurança particular e pan-americana. À nossa Deputada Marina Maggesi e a todos os presentes, uma boa tarde.

Vou fazer uma pequena apresentação, embora o número de *slides* não seja tão pequeno. Talvez eu os percorra em estilo meio cinematográfico, ou seja, um pouco mais veloz, com um número de quadros por segundo um pouco maior, com o objetivo de deixar registrados alguns aspectos.

O primeiro deles é o seguinte: em momento algum nós participamos do planejamento levando em conta algum envolvimento de natureza política, eu diria, mas sim de natureza essencialmente técnica e profissional.

O segundo aspecto é que precisa ficar bem entendida a função que assumi: Gerente de Segurança do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos. É possível que muita gente ouça falar em CO-RIO. O que é o CO-RIO? É o Comitê Organizador dos Jogos. E o que é essa gerência? A exemplo de outras gerências, é a parte do CO-RIO responsável por 2 atuações: uma interna, de integração com as 57 áreas funcionais existentes no Comitê Organizador — por exemplo, esportes, alimentação, tecnologia, em suma, com as áreas internas do CO-RIO, com as suas demandas —, e outra externa, de realização de planejamento integrando as demandas dessas áreas com as forças policiais de defesa civil. Qualquer comitê organizador dos Jogos tem por princípio esse papel. Em momento algum tive vinculação de natureza política, em primeiro lugar, ou qualquer tipo de pretensão de



comando das forças, em segundo lugar, até porque sou militar Oficial General da Reserva desde 31 de dezembro de 2002.

Feito este preâmbulo, vou apresentar aos senhores algumas idéias que nortearam nosso planejamento, que teve início em 2003, quando, a convite do Comitê Olímpico Brasileiro, estive em Santo Domingo, como observador dos Jogos Pan-Americanos. Certamente, quem deveria estar lá era o Deputado Marcelo Itagiba. S.Exa. não foi porque exercia uma função pública que não permitia o afastamento de suas funções àquela época.

Conheci o que foi feito em Santo Domingo. Depois de fevereiro de 2004, participando de visitas internacionais, com destaque principalmente a Atenas, Austrália e Alemanha — e, evidentemente, com o embasamento de quase 40 anos de profissão —, senti-me completamente à vontade, pronto para desencadear com outros companheiros um planejamento para jogos olímpicos.

Ninguém vai ensinar o policial brasileiro ou o militar brasileiro a exercer sua atividade, mas certamente vamos aprender, no contexto internacional, como o “modelo brasileiro” — entre aspas — deve adequar-se, para que possamos ter pretensões de sediar, quem sabe, em 2016, os Jogos Olímpicos, talvez na própria cidade do Rio de Janeiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui está Sidney. Eu gostaria de destacar nesse modelo o Comitê Organizador. Dentro desse comitê há uma direção de segurança, um grupo pequeno.

Em Sidney foi criado, na polícia do estado — *New South Wales Police Service* —, o *Olympic Security Commander Center*, ou seja, uma estrutura de segurança dentro de uma instituição. Havia um centro de inteligência de jogos, o *Political Intelligence Center*, e centros regionais.

Por que comecei por Sidney? Porque Sidney é referência internacional em termos de planejamento de jogos, inclusive para segurança. Havia a Agência Central de Inteligência, na capital, e na polícia foi criado um centro de inteligência também para os jogos. Vou chegar ao modelo Rio e mostrar comparações.

Vamos para Santo Domingo.



Comitê Organizador dos Jogos. A segurança ficou toda centralizada nas Forças Armadas; nesse caso, evidentemente, com as suas características de divisão de inteligência, de operações civis, e uma peculiaridade: uma polícia nacional voltada para transporte metropolitano. Área de inteligência típica, característica bem peculiar de natureza militar.

Vamos para Atenas, 2004.

Foi criada uma polícia nacional, hierarquizada, estruturada, algo muito próximo à de Sidney: divisão de segurança, centro de inteligência e centros estratégicos principal, operacional, regionais ou locais. E havia um grupo internacional de assessoramento. Eu diria que esse modelo de Atenas é um aperfeiçoamento de Sidney. É o mesmo raciocínio. Há uma estrutura policial nacional.

Mais recentemente, no ano passado, houve os Jogos da Comunidade Britânica. Havia um comitê organizador e um grupo também dentro da Polícia, o *Commonwealth Games Police Office*, responsável pelo planejamento e pela coordenação. Havia a integração com outras áreas: centro de inteligência e centros locais.

Área de inteligência, também na Austrália. Havia um grande objetivo, desde o recebimento das polícias de outros estados internacionais. Eram vocacionados para quê? Para a parte de suporte às operações.

Deixo à leitura dos senhores essa síntese que eu chamo conclusiva, que eu gostaria de destacar.

Pode-se assegurar que não existe um modelo perfeito de planejamento de jogos, capaz de ser implementado em sua máxima extensão em todos os países ou em qualquer país. O planejamento e as operações de segurança do XV Jogos Pan-Americanos deverão levar em consideração não apenas experiências internacionais, a exemplo das citadas, mas uma análise consciente e consistente da ambiência política, cultural, social e econômica do local onde as competições vão desenvolver-se na cidade do Rio de Janeiro. No Brasil, mesmo se os Jogos fossem no Amapá, deveriam ser as peculiaridades levadas a efeito.

Ressalto o aspecto da gerência de segurança. Esse é o organograma ou a estrutura organizacional do CO-RIO. Em amarelo, a parte voltada para operações. A



segurança está aqui. Esse conjunto todo fornece 57 áreas funcionais. Vou deter-me só à segurança. Estão lá o Presidente do CO-RIO, o Vice-Presidente do Conselho Executivo, o Secretário-Geral e Subsecretário de Operações, etc. Aqui estão as 4 áreas: operações, inteligência, comando e controle e apoio administrativo.

Este documento, chamado exposição de motivos, gerado em 30 de maio de 2005 pela nossa gerência e encaminhado pelo Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Organizador dos Jogos ao Sr. Vice-Presidente da República e então Ministro da Defesa, ressalta, primeiro, um diagnóstico da segurança pública. Este documento foi elaborado por mim. Há cópia aqui. Se a Comissão desejar, uma cópia ficará aqui.

Evidentemente, neste diagnóstico, vali-me muito da leitura do nosso ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Coronel José Vicente, de São Paulo. Suas avaliações a respeito de segurança pública, no meu entendimento, são de grande valia para os estudiosos e entendidos nesse assunto.

Um aspecto a se destacar é a visão do Sistema Único de Segurança, evidentemente acoplado ao Plano Nacional, e o papel da Força Nacional de Segurança Pública, recém-criada como um programa de treinamento. Os senhores não encontrarão a Força Nacional de Segurança Pública na Constituição Federal. Trata-se de um programa de treinamento de policiais civis, militares e bombeiros para prevenção, combate ao terrorismo e defesa civil. Obviamente, a legislação brasileira dá embasamento a todo estudo e trabalho de segurança pública e ao orçamento preliminar.

Este documento sintetiza a defesa de um modelo a ser implantado no Rio de Janeiro. Apresentei modelos anteriores. Alguém, no âmbito federal, teria de tomar essa decisão.

No corpo legislativo, começo com os arts. 142 e 144 da Constituição. Dizia há pouco ao Deputado Marcelo Itagiba — este é meu entendimento pessoal — que o emprego da Força Nacional deve estar amparado no art. 144, por meio de uma emenda constitucional, como eu disse em *off*, não em plenário. Essa é uma percepção pessoal.

Existe uma lei — e o Deputado Itagiba a conhece bem — de 2003. Muito se brigou para que ela fosse aprovada e contribuísse para a aquisição de



equipamentos das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro. Evidentemente, a Lei Complementar nº 17, que dá suporte à de nº 97, sobre o emprego das Forças Armadas em operações de manutenção da lei e da ordem e, evidentemente por decreto, da criação da Força Nacional de Segurança Pública. Com base nessa legislação, desenvolvemos nossos trabalhos. E não poderia ser diferente.

Partimos de premissas, as quais lerei rapidamente: prioridade para segurança; coordenação e comando único; criação de centro de operação principal ou de segurança voltada para operações no nível mais alto de inteligência de um sistema de comando e controle; instalação, operação e emprego de sistemas eletrônicos de segurança, ou seja, segurança eletrônica — controle de acesso, ETV, alarme, etc.—; integração de todos os órgãos de segurança e defesa; equipamentos, em termos de aquisições; segurança privada; visão de legado, extremamente importante, evidentemente, na parte tangível e intangível, ou seja, recursos humanos; capacitação do homem; novos procedimentos; novas técnicas; tecnologia; integração e intercâmbios internacionais.

Eu me aventurei a apresentar ao CO-RIO um modelo a ser discutido em âmbito nacional. Esta é a gerência da qual fazíamos parte e da qual estive à frente desde 2003.

Este é o Centro Principal de Operações do CO-RIO, dos Jogos como um todo. Estes são os Centros de Jogos, de Inteligência, de Logística, regionais e locais.

Faço uma interrogação: que instituição estaria à frente do comando único dessas operações? A proposta por mim encaminhada na exposição de motivos, endossada — repito — pelo Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, foi de que deveriam estar à frente do comando as Forças Armadas.

Estou sendo conciso, apenas relatando pequenas idéias — pequenas no sentido de quantidade, talvez elas sejam grandes.

Quanto aos integrantes, a diferença está na existência de voluntários no campo da segurança, muitos para substituir a segurança privada. Os voluntários podem ser policiais, militares e cidadãos não pertencentes às forças militares ou policiais.



Apresentei à época um orçamento preliminar para dar partida. Como foram consolidados esses valores? Foram recebidos de diferentes órgãos: ABIN, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Defesa Civil, Guarda Municipal.

Enfatizo que o valor de 271 milhões de reais não é um número mágico, ele está associado ao número mágico da ordem de 100 milhões de dólares. O dólar valia 2,7 reais; por isso, o valor de 271 milhões de reais. Apesar de ter recomendado que as Forças Armadas coordenassem o processo, o valor não chegava a 10% deste. Um grande contingente de recursos ficou enquadrado no Ministério da Justiça, por causa das ligações com a Polícia Federal e de convênios, etc., para a segurança pública.

Nesse planejamento, a nossa gerência deveria chegar ao número 48, planejamento interno do CO-RIO.

Apresento aos senhores o que ocorreu a partir de dezembro de 2005, quando o Governo Federal decidiu colocar na coordenação de segurança dos Jogos o Ministério da Justiça, sob a direção ou coordenação — sendo repetitivo — da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A Secretaria aquiesceu às nossas idéias com relação aos Centros de Inteligência, de Operações, de Logística — a nossa gerência está aqui, com uma assessora —, e criou o Centro Operacional de Programas Especiais, algo novo no Brasil.

Para os Jogos, existirá o Gabinete de Gestão Integrada, voltado para o banco. O Secretário Marcelo Itagiba conhece também o que é a GGI, e o Comitê de Segurança Estratégica.

Esse Comitê de Segurança Estratégica, no primeiro nível de governo, o nível político, compõe-se desses Ministérios — e, evidentemente, de algum outro, caso que se faça necessário.

Gabinete de Gestão do Pan: Secretário Nacional de Segurança Pública, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados, ABIN, etc., Guarda Municipal e também representantes da infra-estrutura. Não vejo aqui Forças Armadas.



Centros de Comando. Esse quadro parece meio complexo, mas não é tanto. Está aqui o principal, está aqui o gabinete, o comitê, a parte militar. Por que militar? Teremos competições em 5 locais da Vila Militar. Evidentemente, na área militar, a segurança terá de ser de responsabilidade, no caso, do Exército.

Fizemos uma proposta de 7 centros regionais, e a SENASP acrescentou mais um e definiu, em dezembro do ano passado, a localização de todos eles. Os centros locais estão na ordem de 50. Digo “na ordem” porque ainda existem indefinições com respeito a locais de treinamento e ajustes. Jornais dessa semana mostram a possibilidade ainda de pequenos ajustes em termos de instalações, logística, inteligência e de programas especiais. Este é o quadro com que a SENASP está trabalhando atualmente.

Na parte militar, foi criado o Comando da Segurança do Complexo Esportivo de Deodoro, para atender ao hipismo, ao tiro esportivo, ao tiro com arco, ao pentatlo moderno e hóquei sobre a grama. Não vamos ter no Pan-Americano, como premissa, aquele decantado item chamado “comando único”. Vamos ter um comando dentro da área militar, com o Exército, e vamos ter uma coordenação da SENASP nas demais áreas não enquadradas na Vila Militar.

Apresentamos como proposta que o Centro de Inteligência tenha essa estrutura, ou seja, a divisão ou um corpo voltado para coleta, análise, ações típicas de inteligência, ligações, contra-inteligência e também investigações criminais. Isso é típico de jogos, é uma parte de atuação imediata, por exemplo, na Vila Pan-Americana ou no Complexo do Maracanã, ou seja, uma estrutura de investigação rápida, imediata, com envolvimento da Polícia Federal e da Polícia Civil.

Aqui está a Secretaria hoje, não chamada mais de “Segurança Pública”, mas somente de “Segurança”, o Centro de Inteligência e Segurança Pública, a ABIN, a própria SENASP e a Superintendência Regional da Polícia Federal.

Eu mostrei Sidney e volto ao Rio de Janeiro. A nossa proposta é muito semelhante, e é o que deve ocorrer: uma ligação direta do Centro de Inteligência dos Jogos, sob a coordenação da ABIN, e, na Polícia Estadual, o Centro de Inteligência e Segurança Pública. Evidentemente, esses 2 centros trabalharão nos níveis que chamo de tático-operacional e estratégico-operacional.



É lógico que o fluxo de inteligência, todas essas fontes ou origem de dados, tem por foco e objetivo ser canalizado para o Centro de Inteligência, que vai atuar em suporte às operações.

O Centro de Operações principal tem centros regionais e locais subordinados e características voltadas para dignitários e transportes, algo muito importante nos Jogos, para gerenciamento de bombas — que poderíamos chamar de ações antiterrorismo — e especialistas.

A título de ilustração, apresento essas são fotografias tiradas por mim em jogos olímpicos ou pela própria comunidade britânica, como é o caso dessas de Melbourne e Atenas.

O gerenciamento do tráfego é algo extremamente importante: patrulhas, força de resposta rápida, operações de segurança ainda no policiamento ostensivo, operações especiais — destaque a própria segurança para a área urbana —, planos específicos para infra-estrutura e ícones — Cristo Redentor —, transporte, telecomunicações, água, luz, defesa civil, etc.

Este é o Centro de Controle de Programas Especiais. O CO-RIO não participou da montagem disso, apenas a SENASP; idem quanto à logística. Apenas apresentamos em logística a necessidade da existência desse centro para coordenar todo o apoio administrativo da segurança.

Esta é uma parte muito importante do comando e controle: um subsistema de controle de acesso, com vigilância de câmeras, de sensores de rastreamento, de detenção e alarme, de monitoramento; as redes e, evidentemente, para integrar tudo isso, uma plataforma.

Foi entregue à SENASP, no ano passado, primeiramente, um documento, um termo de referência sobre essa parte de comando e controle; depois, um projeto básico. Eu tinha 3 engenheiros civis, que permaneceram no CO-RIO, que elaboraram, sob minha coordenação, essa orientação.

Sobre a segurança das instalações, peço ao General Juarez Genial que faça seus comentários.

O SR. JUAREZ GENIAL - Boa tarde a todos. Cumprimento, na pessoa do Deputado Marcelo Itagiba, todos os membros desta Casa que participam desta



reunião. Aproveito para, de público, agradecer ao General Rosário, que nos antecedeu. A exposição de S.Exa. facilita sobremaneira nossa análise.

Na apresentação feita, S.Exa. mostrou a Gerência-Geral de Segurança e 4 casinhas, 4 quadros. Um deles, Operações de Segurança, tivemos a alegria e o prazer de gerenciar. Além dessa área, como foi dito, ainda existem as de Inteligência, Comando e Controle e Gerência Administrativa.

Logicamente, vamos falar de Operações de Segurança. Em cima de todo esse trabalho apresentado pelo General Rosário, ficou muito mais fácil planejar operações de segurança para os Jogos, na medida em que S.Exa. fez uma exposição de motivos, apresentou um modelo, levantou uma série de premissas fundamentais para a segurança dos Jogos. Vamos esmiuçar isso, tratando de uma instalação.

Para todos entenderem, digo que temos instalações de competição, nas quais as competições ocorrerão, e instalações de não-competição, que envolvem diretamente os Jogos: o Centro Principal de Operações, o Centro de Operações de Tecnologia, o Armazém de Logística, o Hotel Windsor da Barra da Tijuca, no qual vão ficar os dignitários e as autoridades, nomeados como família pan-americana.

A Vila Pan-americana é uma instalação de não-competição importantíssima, fundamental. É nela que vamos trabalhar agora, para todos entenderem em que se baseou o planejamento das operações de segurança para todas as demais instalações, o modelo. Áreas especiais de cada instalação, seus estacionamentos, área de controle de tráfego, cercas caracterizando um perímetro de segurança, sistema de segurança eletrônica, detecção de intrusão, sistemas sensores, guardas, postos, patrulhas na área de controle do perímetro e os postos de controle de acesso de veículos, de material e de pedestres. A Vila Pan-americana é o nosso foco agora.

A previsão é existir um centro regional na vila e, ligado a ele, uma seção regional de inteligência, ligada ao centro de inteligência, como já foi abordado aqui. Haverá um centro regional ligado ao centro de operações de segurança do Jogos e ligado ao Centro Principal de Operações, onde está o Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos.



Faço um parêntese para lembrar que nós éramos empregados do Comitê Organizador. A proposta apresentada pelo General Rosário na exposição de motivos, por tudo que foi mostrado aqui, sugeria o emprego da Forças Armadas como comando único para a condução da segurança dos Jogos. No entanto, a decisão não foi essa. S.Exa. foi bem claro em dizer que não havia e não há até hoje nenhuma pretensão de nós, apesar de militares da reserva, comandarmos tropas por ocasião da segurança dos Jogos. Isso tem que ficar bem claro. Nós trabalhávamos para o Comitê Organizador. A decisão de opção pelo Ministro da Justiça, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo emprego da Força Nacional das forças policiais não nos coube analisar. Com muita disciplina intelectual, continuamos trabalhando, atendendo a essa decisão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Preceitos fundamentais. Existem muitos *slides* com texto, mas isso vai ficar como arquivo, para que se entendam os preceitos estabelecidos para a execução das operações de segurança, diferentemente de operações de segurança normais. Nós estamos falando de jogos, então existe uma série de preceitos estabelecidos compilados, que estávamos adotando para executar a segurança dos Jogos Pan-Americanos. Não é um policiamento normal, não é um patrulhamento normal.

Vamos tentar rapidamente ver esses preceitos: credenciamento, suporte do credenciamento, com levantamento de antecedentes de órgãos governamentais. O CO-RIO não tem um órgão para fazer esse levantamento, para credenciar pessoas. Há uma área funcional que vai credenciar, mas produto dos antecedentes das pessoas listadas para serem credenciadas, produto de avaliação desses antecedentes por órgãos governamentais, órgãos ligados à segurança pública e segurança nacional.

Ação de defesa civil, coordenação, ligação com a área de transporte. Acreditamos que todos conhecem bem o Rio de Janeiro e sabem que a cidade tem um problema sério de vias de transporte, uma restrição muito grande. Então é fundamental que todas as operações sejam coordenadas com o transporte. Por isso, o envolvimento da CET-RIO. A área funcional de transporte do CO-RIO é uma das áreas mais importantes e críticas.



Zonas de exclusão no entorno das instalações. Controle de acesso de veículos, entrega de material nas instalações, com vistoria do veículo, controle do pessoal, permissão de acesso, condições de segurança da carga. Tudo isso está previsto no planejamento dessas operações. Ninguém entra em nenhuma instalação da competição sem passar pelo magnetômetro, sem ter as pastas ou bagagens checadas por meio de Raio X. Esse é o planejamento para todas as instalações dos Jogos. Se me perguntarem se isso vai ocorrer, não sei, mas tudo consta do planejamento.

O General Rosário falou, *en passant*, sobre a nossa área de comando e controle. No ano passado, fizemos um termo de referência listando todos os equipamentos de segurança necessários — magnetômetros, câmeras, raios X, rádios para comunicação entre as equipes de segurança — e o encaminhamos à SENASP, porque o CO-RIO e nós da área funcional de segurança nunca tivemos capacidade de licitar. Isso desde o início ficou bem definido. Todos os recursos foram carreados para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para que ela executasse essas atividades, e coube à área funcional de comando e controle preparar, no ano passado, um termo de referência listando todas as nossas necessidades.

Proteção de residentes — estamos falando da Vila Pan-Americana, da família pan-americana, dos VIPs, dos visitantes à vila. A Vila Pan-Americana possui zonas diferenciadas: a zona residencial, a zona operacional e a zona internacional. Passar de uma zona para outra somente é possível com credenciamento. Tudo isso foi levantado para todas as instalações e está escrito.

Meu trabalho ficou muito mais fácil, porque cheguei ao CO-RIO em fevereiro do ano passado e grande parte do Manual de Operações de Segurança para cada instalação já havia sido preparado pelo General Rosário e pela equipe que nos antecedeu. Nós só fomos atualizando esse manual, na medida do possível, com base na carência de pessoal para trabalhar conosco; fomos incluindo operações novas, necessárias para a segurança dos Jogos. Coube à gerência de operações de segurança preparar o seu Manual de Operações e entregá-lo aos gerentes de todas as instalações, de quem aguardávamos, desde o ano passado, uma definição.



Como os senhores viram na exposição do General Rosário, na área militar, já no ano passado os comandantes das unidades receberam seus encargos para conduzirem os Jogos na Vila Militar, em Deodoro, já fizeram eventos testes e estão completamente tranqüilos. Já treinaram seu pessoal. A Força Nacional somente no dia 30 de março conseguiu fazer uma reunião com cerca de 15 oficiais — tenentes, capitães, majores — para lhes dizer como teriam que conduzir as operações nas suas instalações.

A parte ligada ao controle no interior de cada instalação, seja prédio fixo, seja instalação temporária — como áreas de lazer, para estocagem de alimentos, etc. — está muito bem planejada no CO-RIO. A segurança trabalhou em cada projeto de todas as instalações, alocando operações para atender a essas instalações.

Um outro item importante — está no primeiro parágrafo dessa tela — é a força de resposta rápida. Um dos preceitos fundamentais dos Jogos é o pessoal empregado na segurança das instalações de competição estar descaracterizado. O planejamento prevê que nenhum integrante da segurança poderá estar ostensivamente fardado, armado até os dentes, nada disso. Nas instalações de competição, todos os elementos ligados à segurança estarão descaracterizados e desarmados e utilizarão uniforme da força de trabalho.

A força de resposta rápida será a única tropa fardada e armada, conforme previsto no planejamento, e ficará escondida — e costume dizer que, se Deus quiser, ela ficará engordando e jogando dominó, porque acreditamos que nada irá acontecer —, mas em condições de ser empregada. Então, cada instalação de competição contará com integrantes dessa tropa em espaços que estarão longe da vista de todos os participantes dos Jogos, sejam eles atletas, técnicos ou população, mas em condições de serem acionados; logicamente, mediante ordem do gerente de operação de segurança daquela instalação.

Varreduras em instalações para detecção de materiais perigosos, com a participação de policiais federais, de grupos antibombas, etc. Ao falar da Vila Pan-Americana, lamentavelmente nos reportamos àquilo que se chamou de Síndrome de Munique. Todas as ações na vila estão voltadas para a total segurança da casa dos atletas, já que eles morarão lá. Então, toda atenção foi dada à Vila Pan-Americana, no planejamento dessas operações.



Outro preceito fundamental é o acesso às áreas sensíveis das instalações apenas de pessoas credenciadas. Será feita a revista em todos os que entrarem nas instalações da vila. Já falamos a respeito dos volumes de mão.

Há alguns pressupostos.

Postos de verificação de pedestres com magnetômetros.

Outro conceito básico dos Jogos: não haverá cruzamento de itinerários. O espectador que for ao jogo disporá de acessos exclusivos; o atleta, outro; a mídia, outro. Não há cruzamento de fluxo dos diversos grupos. Todos eles serão checados e terão seu acesso controlado, com a utilização dos equipamentos já citados.

A única exceção é o atleta, que será considerado limpo quando sair da Vila Pan-Americana e embarcar num ônibus em direção às instalações de competição. Os ônibus também estarão limpos, porque estão previstas vistorias quando se sair e voltar da missão. A partir do momento em que o atleta chegar às instalações de competição, o acesso será exclusivo. Ele aquece, compete, embarca no ônibus. Ao chegar na vila, ele é checado, para voltar a ser considerado limpo. A única exceção é o atleta. Os demais serão checados em qualquer instalação.

Outro pressuposto: no caso da Vila Pan-Americana, entre as zonas residencial e internacional haverá pontos de verificação de pedestres. As pessoas não circularão na vila a seu bel-prazer. Serão checados quando passarem de uma zona para outra. Se não estiverem credenciados, o acesso será negado.

Também deverão ser instalados postos e pontos de verificação de veículos. Nenhum veículo entrará nas instalações de competição sem ser checado. Além disso, serão checados também todos os integrantes do veículo e sua carga. Tudo isso está planejado.

Para o Maracanã e o Centro de Convenções Riocentro prevemos um sistema de reconhecimento de placas de veículos. A Secretaria de Segurança Pública está utilizando sistema com essa finalidade. Identificado o veículo, verificada a placa, checa-se imediatamente se ela existe. Se esse sistema funcionar, ele está previsto no planejamento.

No interior do perímetro deve existir local para limpeza dos ônibus e para o grupo antibombas. Já falei sobre isso. Na Vila Pan-Americana, será utilizado o



estacionamento para limpeza dos ônibus. O local para o grupo antibombas também já foi estabelecido.

Falamos a respeito das áreas externas ao perímetro de segurança, ponto de verificação de veículos, outra camada operacional, local onde os pedestres serão inspecionados e o local mais crítico que engloba as zonas residencial e internacional, no caso da Vila Pan-Americana.

Vemos aqui o Centro Regional da Vila Pan-Americana, que receberá atletas e técnicos representantes de 42 países.

As instalações relacionadas estão planejadas para existir na vila: heliponto; sala para atender gerente e subgerente regional da segurança, que pretendemos seja um oficial da Força Nacional, afinal de contas, ele terá a missão de realizar as operações de segurança; sala para o representante do Ministério das Relações Exteriores; sala chamada de Juizado Especial Criminal, para atender as emergências nessa área; sala de operação de equipamento de comunicação e câmaras fixas de televisão; recepção; sala de despacho; auditório ou sala de instrução para reuniões; sala de descanso; depósito de material; apoio logístico; banheiros; instalações para a força de resposta rápida e grupo antibombas; canil para cães farejadores; área de estacionamento.

Temos aqui um cronograma das fases de cada operação. Cada instalação tem seu próprio cronograma, que já mudou em função de diversos atrasos nas obras. Por exemplo, a montagem da Vila Pan-Americana estava prevista para ser iniciada em 25 de fevereiro. Atrasou, apesar de as obras estarem bem adiantadas. A partir do momento em que começa a haver atraso, todas as datas ficam sujeitas a modificações. Não há outro jeito.

Passo a mencionar as fases.

Montagem. Temos aqui o que deverão fazer os gerentes de operações de segurança durante a fase de montagem. Desde o início dos trabalhos eles têm de estar presentes, mas até hoje isso não ocorreu. E não foi por falta de solicitação e de documentação pedindo a apresentação desse pessoal para receber e cumprir a missão.

Todas as fases estão listadas. Vou apenas citá-las, já que o tempo que me foi destinado acabou.



O acabamento está todo previsto.

Ocupação da instalação pela segurança e demais equipes que vão trabalhar na vila.

O pessoal do esporte que vai levar equipamento para marcar os resultados será caracterizado ao final da ocupação.

Operações pré-Jogos; operações dos Jogos; desmontagem e saída.

Em relação à Vila Pan-Americana, lembrem-se de que, além do Pan-Americano, haverá os Jogos Parapan-Americanos, e os atletas também ficarão alojados na vila. Haverá interregno de 15 dias entre a saída dos atletas do Pan e a entrada dos atletas do Parapan.

Temos aqui a relação de políticas levantadas pela segurança.

Conjunto de normas que regem e regulam as atividades: restrição do espaço aéreo; respostas a falsas ameaças. Enfim, todas as políticas foram listadas.

Procedimentos.

Cada procedimento estará ligado a uma ou mais políticas. O que quer dizer procedimento? Onde, como, quando e por quem. Elaboramos vários procedimentos e pedimos às forças envolvidas para redigir seus procedimentos. Saímos de lá e ainda não estavam prontos.

Temos aqui as zonas residencial, internacional e operacional.

Inteligência atuando em toda a área; restrição aérea sobre a área, no caso da Vila Pan-Americana e das outras também; patrulhas internas; força de resposta rápida; segurança eletrônica; heliponto; força de resposta desarmada — lembrem-se do que disse sobre não haver ninguém armado nas instalações; cercas duplas; patrulhas externas.

A figura em tela é uma síntese de tudo o que dissemos em relação às operações.

Controle de acesso: cães farejadores, que serão trazidos até de outros Estados pela Força Nacional; gerenciamento de bombas; patrulha interna; força de resposta rápida; pessoas da Defesa Civil trabalhando junto com os gerentes de operações de segurança; tudo ligado a um centro regional ou local de segurança dos Jogos.

Esta, a parte que nos cabe.



Reafirmo a satisfação de ter trabalhado neste projeto. Acredito nele, mas tenho dúvidas quanto a sua execução.

Retorno a palavra ao General Rosário.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Passo a ressaltar alguns aspectos.

Primeiro, nossa atividade no CO-RIO foi basicamente de planejamento. Uma das 11 áreas funcionais de segurança, da qual estive à frente durante mais de 3 anos, durante todo o planejamento do CO-RIO — e falo de ano-base, plano estratégico, *masterplan*, conceito de operações, manual de operações —, apresentou a documentação quase sempre em primeiro lugar. Vou deixar a vaidade de lado, porque esse não foi um trabalho pessoal, e sim de equipe. Mas, no que diz respeito a planejamento, embora em certos momentos bastante reduzidos, de setembro de 2005 até fevereiro de 2006, levei sozinho. Apresentamos toda a documentação. E lanço um desafio: saber em que lugar no mundo tenha sido realizado em megaevento esportivo, algo do porte do que foi elaborado pelo Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos.

Quando escolhi a vila, ficou destacado que trabalhamos muito mais no planejamento para o interior das instalações. A parte de segurança voltada para a área urbana da cidade e do Estado do Rio de Janeiro evidentemente é competência de forças policiais e de forças armadas, sejam elas federais, estaduais, e até da nossa Guarda Municipal e da Defesa Civil.

Repito, sem nenhum medo de errar, que a documentação que geramos foi a tempo e a hora no acompanhamento do planejamento do CO-RIO. Mais ainda, sem nenhuma vaidade, afirmo nesta Casa que o que apresentamos é da melhor qualidade.

Destaco o que chamamos de legado voltado para a segurança, que é a nossa pretensão, e que foi o farol para o nosso trabalho. Desde o ano passado eu apresentava alguns *slides* nas reuniões do Conselho Executivo do CO-RIO, e a minha constante argumentação estava vinculada a prazos. Eu fui extremamente enfático em relação a prazos, fruto de experiências de minha vida profissional. Entendo que, para que se realize um planejamento, deverá haver treinamento,



deverá haver ensaios; há que se receber o material a tempo e o homem também, em condições de empregar aquele equipamento.

No âmbito de legados — e isso foi escrito em 2004, não há nada modificado —, provavelmente o Secretário, Deputado Marcelo Itagiba, já conheça esses 2 *slides*, sobre a integração da segurança pública, feita de acordo com o SUSP. Essa foi a nossa referência. Reparcelamento e modernização das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro. Por estarem os Jogos Pan-Americanos na condição de megaevento, eles são e serão, em qualquer lugar do mundo, fator de mobilização e motivação para a melhoria de instalações esportivas e também para a segurança.

Implantação de um sistema de comunicações na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Padronização de procedimentos. Isso é importantíssimo. Nós seremos considerados país desenvolvido, se tivermos isso, senão vamos ter cada local operando de acordo com o seu chefe ou comandante, e não de acordo com aquilo que está estabelecido de forma padronizada.

A interoperabilidade das forças, tanto policiais quanto da Defesa Civil.

Equipamentos para a Defesa Civil.

Capacitação de recursos humanos.

Plataforma integradora de inteligência. Falamos tanto no Sistema Brasileiro de Inteligência; esta é uma bela oportunidade para se conseguir essa integração.

Gerenciamento de risco, evidentemente dentro de uma metodologia. Cada instituição produz a sua documentação dentro de metodologias ou intuições próprias. O PAN é uma bela oportunidade, a exemplo de qualquer megaevento esportivo, para que se obtenha isso.

Em 1º de março a nossa gerência tinha — e essas estrelinhas representam os efetivos — um general; uma secretária para todo o grupo, não apenas para o general; coronel; general; engenheiro civil; coronel; dois coronéis; um capitão de mar-e-guerra; capitão de mar-e-guerra; dois engenheiros civis e um coronel.

Em 14 de março, 4 oficiais foram demitidos do CO-RIO. Até hoje eu não obtive a resposta do porquê. A partir de 14 de março, a relação da Gerência de Segurança com a Presidência do CO-RIO passou a sofrer de certo desconforto,



porque eu não soube o motivo das demissões. Quatro contratados no dia 1º e demitidos no dia 15, ou seja, três coronéis e um capitão de mar-e-guerra.

Evidentemente, no dia 13, toda a gerência foi implodida e os engenheiros — esses três — e mais a secretária foram aproveitados em outras áreas do CO-RIO. Todos os demais militares, por cancelamento ou exclusão, foram destituídos.

Desde meados do ano passado — e os três próximos *slides* são padrão —, tenho levantado nas reuniões do Conselho Executivo a necessidade de se integrar o Centro de Inteligência dos Jogos ao Centro de Inteligência de Segurança Pública. E a competência para tanto é da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da ABIN.

Levantamento de antecedentes.

Entregamos mais de 50 mil nomes, via SENASP, para a ABIN, particularmente de candidatos a voluntários. Até a minha saída do CO-RIO, eu não havia recebido resposta sobre o levantamento de antecedentes.

Avaliação e análise de risco. A ABIN certamente deve ter realizado a sua avaliação, ou vem realizando-a, mas os dois oficiais de inteligência do meu grupo fizeram o levantamento de todas as principais áreas de competição e mapeamento do Rio de Janeiro.

Área de operações. Implantações dos centros. Como disse, a nossa preocupação está ligada a prazo, tendo em vista que o treinamento não pode ocorrer às vésperas dos Jogos. Há todo um faseamento, o que é básico em planejamento de qualquer natureza. Sem treinamento, fica difícil operar, ainda mais na área militar e policial.

Aquisição de equipamentos de diversas naturezas. Essa competência não é do CO-RIO, mas de quem recebeu o encargo. A nossa constante preocupação era relativa a treinamento, a definição dos efetivos por cada local e a quantidade de homens da Força Nacional em cada instalação. Até a minha saída, também não havia recebido resposta.

Área de comando e controle. As redes fixas, o sistema de comunicações, o recebimento do equipamento, o treinamento, e a quem compete.

Área de segurança eletrônica. Obviamente, esse assunto é de domínio público. Houve concorrência internacional, publicado o edital no *Diário Oficial*, etc.



Aqui os senhores podem ver os processos de aquisição em que houve dispensa de licitação, mas saliento que o CO-RIO não participou de nenhum.

Finalmente, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de fazer comentários, repito, sem qualquer viés político, sem pretensão de comandar, chefiar ou coordenar, mas sim na visão de quem estudou o assunto e se preparou, de quem esteve em vários lugares do mundo para participar de eventos sobre planejamento de segurança em megaeventos esportivos e de quem está em condições de assessorar, trocar idéias, longe de ter a certeza de ser dono da verdade.

Não me senti confortável pela forma como saí do CO-RIO — e, logicamente, os jornais já publicaram o ocorrido —, mas informo que não dei entrevista a jornal algum. A relação pessoal entre General Rosário e Presidente do CO-RIO é uma coisa, mas a parte funcional, de trabalho, esta sim é técnica, profissional, e não abro mão dela. O nosso trabalho de planejamento foi bem feito, a tempo e de acordo com o próprio do planejamento do CO-RIO. Não podia sair acelerado, quando havia no CO-RIO toda a sistemática de planejamento, à qual eu tinha de subordinar-me.

Trabalhei para um organismo, o CO-RIO, mas não trabalhei — até porque estou na reserva — para nenhum órgão público. Portanto, eu poderia ser demitido a qualquer tempo e hora. Eu sabia disso, desde que lá cheguei. E aprendi muito. Mantive contatos com muitas pessoas dentro e fora do Brasil.

Fico à disposição de V.Exas. para responder, com toda pureza e coração aberto, a tudo o que me for perguntado. Não irei gerar nenhuma colocação bombástica ou atritos — não teria sentido fazer algo dessa natureza —, mas sim dizer como foi minha participação, o que fiz e em que me envolvi.

Muito obrigado.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Encerradas as exposições, passamos aos debates.

Com a palavra o Deputado Marcelo Itagiba, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar os dois Generais pelas exposições, que demonstram o dever de casa cumprido. Cabe-me, porém, prestar alguns esclarecimentos importantes.



Em primeiro lugar, pergunto: o que é o CO-RIO? É um órgão governamental ou não governamental?

Faço uma segunda pergunta: o trabalho por eles executado era remunerado ou não? Se remunerado, de que forma se dava o pagamento?

Esta é a terceira pergunta: que motivo ensejou o desfazimento do grupo que cuidou do planejamento da segurança pública?

E há uma quarta pergunta — depois formularei outras: quem os substitui na missão que cumpriam?

Seriam estas as quatro primeiras perguntas a V.Exas. Depois, com esses esclarecimentos prestados, continuarei a fazer outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra o General Sérgio Rosário.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - O CO-RIO é o comitê organizador dos Jogos, que adota o modelo utilizado nos Jogos Olímpicos. Os Jogos Pan-Americanos são competições regionais, a exemplo dos Jogos Asiáticos e os do continente africano.

O CO-RIO é uma organização não-governamental e, portanto, pode contratar e dispensar pessoas no momento que julgar oportuno.

Éramos remunerados? Sim, éramos remunerados pelo CO-RIO. O CO-RIO mantém convênios com a Prefeitura do Rio de Janeiro e com o Governo Federal para pagamento de seus contratados.

Ao ingressar no CO-RIO, fui obrigado a abrir uma firma para ser contratado como pessoa jurídica. Posteriormente, todos os outros que ingressaram no CO-RIO foram contratados como pessoas físicas. Havia remuneração sim, Sr. Deputado.

Por que saímos? Infelizmente, para esta pergunta eu não tenho a resposta. Acredito que V.Exa. deva fazê-la ao Presidente do Comitê Organizador do Jogos Pan-Americanos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Acato a sua sugestão.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Quanto à substituição, a informação que tenho, via ofício encaminhado ao Ministro da Defesa, é de que havia encerrado o planejamento estratégico — e, na verdade, houve uma falha de redação, porque o planejamento estratégico já estava encerrado há muito tempo.



Disse aqui que havíamos participado do planejamento básico, do *masterplan*, do planejamento estratégico, do conceito de operações, e estávamos trabalhando, sim, em planejamento operacional. E que a Secretaria Nacional de Segurança Pública assumiria todos os encargos e atividades — é o que está escrito no ofício encaminhado ao Ministério da Defesa, tenho cópia desse documento, porque me foi entregue — voltados para a segurança dos Jogos Pan-Americanos.

Não estive mais no CO-RIO, Deputado, ou seja, perdi o contato com o Comitê e desconheço algum outro dado que possa ajudar V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - General, V.Exa. disse que o Ministério da Defesa foi informado do desligamento, ou da desconstituição, ou da descontinuidade desse trabalho para que outros assumissem. Então, pergunto: quando V.Exa. foi trabalhar no CO-RIO, a indicação partiu do Ministério da Defesa, em função de solicitação feita pelo Comitê Olímpico?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Certamente. Em 2003, o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro foi ao Ministro da Defesa e solicitou a indicação de um oficial general que pudesse fazer parte da montagem do programa de segurança dos Jogos Pan-Americanos. Eu fui indicado. Essa indicação foi publicada no *Diário Oficial*. Certamente, fruto disso, houve esse ofício recente, datado de 13 de abril, encaminhado ao Sr. Ministro da Defesa, informando que havia encerrado um ciclo e que, em consequência, o General Rosário e a sua equipe estavam literalmente demitidos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Então, pelo que entendi também, o V.Exa. não considera o seu trabalho como terminado. O senhor considera que o seu trabalho ainda necessitaria não só da conclusão do planejamento próprio da operação como até de um procedimento, vamos dizer assim, de avaliação para verificar se aquilo que foi planejado foi verdadeiramente implantado. Estou certo ou não?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu diria que o trabalho não ficou completo. Entendo que a passagem, vamos dizer assim, da equipe que iniciou o planejamento para quem fosse executar não se concretizou em plenitude.

O General Genial fez comentários de que no dia 30 de março, numa reunião provocada por mim, para 15 oficiais, para a qual foi convidada a Força Nacional de



Segurança Pública, fizemos uma apresentação, por quase 4 horas, de toda a parte do planejamento — para majores, capitães e tenentes.

Creio que a nossa presença seria extremamente útil nessa fase que antecede aos Jogos, bem como durante e após os Jogos, a fim de que se encerrasse um ciclo de avaliação, no âmbito do CO-RIO e do Brasil, até para que se verificasse se estávamos no caminho certo do planejamento. Na verdade, todo planejamento, pelo seu lado dinâmico, tem a sua atualização permanente, inclusive na fase operacional.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - De acordo com o planejamento a ser executado, V.Exa. estabeleceu prazos para que as aquisições de materiais para os Jogos Pan-Americanos ocorressem dentro de um preceito legal, sem necessidade de emergência?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sua pergunta, Deputado, pode ter uma interpretação que espero que não tenha. Mas posso afirmar-lhe o seguinte: como eu disse, e vou repetir, todo o planejamento da segurança foi feito de acordo com o andamento do planejamento do CO-RIO.

Em meados do ano passado, entregamos à SENASP um termo de referência para a parte de segurança eletrônica e, depois, um projeto básico. Se para isso haveria tempo ou não para um processo de licitação ou de dispensa, isso dependia de decisão de outro escalão, e não me cabe fazer comentários.

Eu penso que, a exemplo do que foi feito com o rádio, possivelmente poderia ter sido feito com quaisquer outros equipamentos. Mas isso evidentemente implica que as estruturas dos órgãos licitantes estejam adequadamente preparadas para executar as aquisições.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - A minha pergunta não tem qualquer outra conotação que não seja a que foi dada. Quando se planeja algo, planeja-se também a aquisição dos materiais necessários para a sua execução.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Obviamente, nesse caso, existia um prazo prefixado para que o material fosse adquirido, fazendo-se cumprir a lei brasileira e de forma que não fosse esse material adquirido numa situação de excepcionalidade, que a lei autoriza.



Por isso a minha pergunta. Gostaria de saber se dentro do planejamento sobre o trabalho que os senhores realizaram estava previsto prazo para aquisição de materiais, sem a necessidade de emergência.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu não tenho dúvida alguma de que no contexto do Comitê... Porque uma coisa também precisa ficar ressaltada, Sr. Deputado: as aquisições realizadas pela SENASP que tenham envolvimento dentro do recurso “verba Pan”, vamos chamar assim, não são voltadas apenas para as instalações, mas para vias públicas, para interesses da própria Secretaria de Segurança do Estado, como legado ou alguma coisa que pudesse até chegar pós-Jogos.

Eu estou fazendo uma especulação de raciocínio. Mas dentro do planejamento do CO-RIO, afirmo-lhe que o nosso planejamento foi feito a tempo e a hora.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Era isso que eu queria saber.

O SR. JUAREZ GENIAL - Eu queria somar alguns comentários à resposta do General Rosário ao Deputado. S.Exa. falou do projeto básico encaminhado, que listava todos os equipamentos necessários e prazos. Depois de quase 40 anos de serviço militar, nós aprendemos que planejar não basta. Não basta planejar, se não é dada a quem planejou a oportunidade de supervisionar. Não há como fazê-lo. Quem vai fazer essa supervisão? Não sei. Não perguntem, porque eu não sei. Esse é o primeiro aspecto.

Há um segundo aspecto: os nossos policiais não sabem operar os equipamentos previstos para serem empregados na segurança dos Jogos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - O senhor que dizer que não houve treinamento, é isso?

O SR. JUAREZ GENIAL - Não houve até hoje, pelo menos até o dia 13 de abril. Até mesmo porque os equipamentos não haviam chegado.

Parece fácil operar o Raio X. A gente passa aqui, vê o pessoal na porta trabalhando, fazendo isso. Parece fácil operar o magnetômetro. O que o nosso policial sabe é chegar uma pessoa, quando muito. Não é crítica. Ele sabe fazer o chamado “baculejo”, que é a revista pessoal, quando muito. Então, ele precisa ser



adestrado nessa atividade. E nós julgamos que o tempo está escasso para que isso ocorra.

Então, na minha atividade, ligada a operações de segurança, a tropa que vai ser empregada nessas operações vai estar carente de adestramento. Não tenham dúvida disso, porque os prazos estão se esgotando, estamos a menos de 70 dias dos Jogos. E os equipamentos, pelo que eu sei, ainda não chegaram.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA – Há outra questão, que considero fundamental. Os senhores acreditam que a participação das Forças Armadas, seja o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica, seria necessária para um melhor trabalho de segurança nos Jogos Pan-Americanos? Teria sido necessária a participação das Forças Armadas para que esse trabalho pudesse ser melhor executado?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Vou responder repetindo aquilo que eu fiz como proposta: a minha proposta não nasceu de um “achismo”, não nasceu do sentimento de ter pertencido às Forças Armadas. A minha proposta foi decorrente de estudos, de experiências brasileiras. Evidentemente, não me cabe a competência da decisão, mas, enquanto proposta, ela permanece a mesma, até porque se eu não a mantivesse já estaria incoerente com aquilo que eu apresentei.

No entanto, a competência para decidir sobre o emprego das Forças Armadas, e em que nível, é da Presidência da República, do Ministério da Defesa, do Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e não do CO-RIO e muito menos de um general da reserva.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Mas na sua avaliação teria sido imprescindível?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Repito “sim” quantas vezes forem necessárias, porque foi essa a minha proposta, por coerência de estudo e por coerência de experiências profissionais no Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA – V.Exa. sabe dizer se há ou houve algum desconforto entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça? Sabe dizer se houve disputa por esse espaço que tenha causado o acolhimento de um e a retração de outro no que diz respeito à segurança dos Jogos Pan-Americanos?



O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - O que conheço é de jornais. Estou na reserva e não tinha acesso a reuniões ou a pessoas da ativa que estavam dentro desse processo decisório, somente por noticiários de jornais, que enfatizaram muito a disputa que V.Exa. acaba de ressaltar, apenas de noticiários.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, no momento, dou-me por satisfeito. Vou contar com a colaboração dos demais Deputados que irão, acredito eu, fazer perguntas. Se for o caso, peço que me permita o direito de voltar a fazer algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Parece-me que uma das perguntas de V.Exa. não foi respondida: quem lhe sucedeu?

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Acho que S.Exa. disse que foi o grupo da SENASP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O grupo? Não sabe o nome da pessoa que o sucedeu?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Perdão. Não há uma pessoa. Foi a Secretaria como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) – Refiro-me ao cargo de gerente.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Não sei nem se está estruturada a gerência de segurança. Sei que a responsabilidade pela parte de segurança no âmbito do CO-RIO hoje, na parte operacional, é da Secretaria Nacional.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Mas acho que a pergunta do Presidente foi muito bem colocada. Os senhores foram extintos ou a função foi extinta? Existe ainda a gerência de segurança do CO-RIO?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu desconheço, Deputado, porque não voltei ao CO-RIO. Só conheço um ofício, porque me foi entregue uma cópia.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Só para terminar mesmo, na verdade, quando somos contratados para realizar um trabalho, temos o trabalho sendo executado. Então, somos demitidos em função de alguma coisa. Acho que é importante para esta Casa, para a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e



principalmente para a segurança dos Jogos Pan-Americanos e de todos aqueles que virão para os Jogos Pan-Americanos saber o porquê. As pessoas são demitidas por quê? Por justa causa? Qual foi a causa que levou a essa demissão? Ou, se não há justa causa, qual é o outro motivo? É incompetência? Isso precisa ficar claro. Ou, se é competente, como vimos que parece ser o planejamento executado, essa é uma pergunta que fica no ar.

Acho que devemos prosseguir nesta Comissão fazendo os questionamentos, porque o interesse de todos nós é justamente que tenhamos Jogos Pan-Americanos em paz e com muita segurança para todos aqueles da cidade do Rio de Janeiro e para todos aqueles que irão à cidade do Rio de Janeiro.

O SR. JUAREZ GENIAL - Eu gostaria de fazer uma inserção com relação à questão anterior do Deputado quanto à capacidade de condução do processo da segurança dos Jogos na situação atual. Foi falado pelo General Rosário que, pelo que S.Exa. viu no mundo, com a experiência de S.Exa. — e não só pelo que viu no mundo, mas pelo que viu ao longo de tantos anos prestando serviço ao Exército Brasileiro —, também me junto a S.Exa. nisto: numa atividade desse tipo, é fundamental que exista um comando único. Vejam, não falei coordenação única, respondendo à questão do emprego das Forças Armadas ou não. Entendemos que a SENASP vai ter, e já está tendo, desde que foi iniciado o trabalho da área de segurança, muita dificuldade em coordenar, na medida em que ela não dá ordens ao Secretário de Segurança do Estado. Ela não dá ordens, ela simplesmente sugere. A segurança do Estado é dever do Secretário de Segurança e do Governo do Estado, e a SENASP não pode dar ordens. Se não pode dar ordens, só pode coordenar. Isso é complicado. São instituições diferentes. Temos as Forças Armadas, a Vila Militar, o Exército Brasileiro, um armazém de logística num depósito da Marinha na Avenida Brasil, a FAB, dando apoio com aeroportos, pistas e controle do espaço aéreo, na parte desse espaço aéreo. Temos a Polícia Federal, ligada aos dignitários, temos a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro cuidando das vias especiais, mantendo a segurança do Estado e da cidade, temos a Polícia Civil fazendo o seu trabalho de investigação, a Guarda Municipal e a Força Nacional.

A previsão é de que 6 mil homens sejam trazidos ao Rio de Janeiro para fazer a segurança dos Jogos, 6 mil homens da Força Nacional de Segurança Pública.



Seis mil homens, senhoras e senhores, é muito mais do que uma divisão de Exército comandada por um general-de-divisão. Segundo as últimas informações, a Força Nacional tem hoje no comando um coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e no subcomando um tenente-coronel da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Isso é complicado.

Então, entendemos que esse aspecto levantado no conceito dos Jogos, do comando único, não está sendo atendido. Achamos que há uma grande dificuldade para a condução do processo.

Por isso, concordo plenamente com o trabalho feito anteriormente pelo General Rosário, que propôs o emprego das Forças Armadas, porque estaríamos atendendo a esse conceito básico de comando único.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - General Juarez Genial, embora no final V.Exa. tenha respondido, eu queria fazer um reforço, levando em conta exatamente o que V.Exa. disse.

Temos presentes, nesse contingente de 6.000 homens, o pessoal da Guarda Municipal, as Polícias do Rio de Janeiro, a Polícia Federal, a ABIN, a segurança privada...

O SR. JUAREZ GENIAL - Seis mil homens só da Força Nacional de Segurança Pública! Esse pessoal irá para o Rio de Janeiro compor a segurança nas instalações de competição e não-competição. A essa turma que anda para cima e para baixo no Rio de Janeiro, camuflada, fazendo demonstração de força — 400 a 500 homens que estão atuando no Rio de Janeiro em função das necessidades levantadas de segurança nas divisas do Estado —, serão agregados cerca de 5.500 outros. A previsão é que a Força Nacional tenha durante os Jogos 6.000 homens no Rio, excluindo, Sr. Presidente, os que V.Exa. enumerava: Polícia Militar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) – Entendi, são 6.000 homens da Força Nacional, mas o sistema de segurança dos Jogos Pan-Americanos envolve também agentes dessas outras forças e até da segurança privada.

Respeitando o princípio federativo, a autonomia de Estados e Municípios, enfim, como efetivamente implementar o princípio ou a regra do comando único,



inclusive se levando em conta a diferenciação, que V.Exa. mesmo estabeleceu aqui, entre coordenação e comando?

O SR. JUAREZ GENIAL - Isso é muito simples. Tivemos os exemplos da ECO 92 e da Cimeira. E estamos com um exemplo hoje. O Papa chegou. O comando único está funcionando em São Paulo e em Aparecida.

A Constituição só vê isso. Em todos os eventos anteriores, onde existia o comando único, esse comando ficou na mão das Forças Armadas, porque é o único que legalmente pode enquadrar as forças auxiliares envolvidas, como a Polícia Federal, por exemplo.

Estou envolvido com segurança desde que saí aspirante. Sempre trabalhei na área. Quando se realiza um evento ligado à segurança nacional em determinada cidade, o comando da atividade de segurança naquela área é dado à Força Armada, que é a que tem a capacidade de enquadrar todos os envolvidos: a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado, investigações, enfim. Então, quanto à possibilidade de atender ao comando único lá, quando foi tomada a decisão, nós a julgamos equivocada. E só vejo este caminho: arsenais que não têm, nem legalmente nem função dos seus efetivos, essa capacidade. Está tentando coordenar.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Deputado, eu gostaria de agregar que a Força Nacional de Segurança Pública é um programa de treinamento, disciplinado por decreto publicado no final de 2004.

Um policial do Pará tem poder de polícia — faço esta pergunta a especialistas do setor — em outro Estado da União? O art. 144 da Constituição permite isso? O art. 144 da Constituição tem em sua redação a expressão Força Nacional de Segurança Pública?

Já que o assunto caminhou para essa direção, estou lançando a esta Casa algo que talvez não estivesse, digamos assim, na previsão dos questionamentos, mas que considero extremamente importante. Isso merece ser discutido, na medida em que pode trazer problemas de natureza, quem sabe, até jurídica, constitucional, e também merece, no meu entendimento, uma resposta. Já fiz a pergunta a especialistas, e eles me responderam que não, porque não está na Constituição. Como vamos empregar esses homens com poder de polícia no Rio de Janeiro?



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Esse problema da Força Nacional foi objeto de audiência pública nesta Comissão em data recente, com esses mesmos questionamentos, porque os Deputados também tinham essas indagações, até por convencimento, em face da formação na área de segurança e na área jurídica.

O comitê não é um órgão, como foi dito aqui, governamental. Em função disso, não sei se, necessariamente, do ponto de vista legal, a Comissão vai poder fazer questionamentos diretamente ao comitê, para pedir informações, inclusive quanto à causa da demissão. Mas, feita essa abordagem jurídica, se for possível, a Comissão fará esse encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, quero só dizer que recebo as perguntas do General como uma afirmação, até porque o objetivo de todas as reuniões públicas que realizamos é o de nos auxiliar no processo legislativo. As audiências públicas, as Comissões Parlamentares de Inquérito, enfim, tudo isso tem o objetivo de enriquecer o Parlamento — com essas afirmações que foram feitas —, para que possamos trabalhar o processo legislativo de aperfeiçoamento das instituições e das leis do País. Então, recebo as perguntas do General, na verdade, como uma afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, demais colegas Deputados, uso a palavra não como membro desta Comissão, mas como Líder do Partido Social Cristão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - É um prazer, Deputado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Fiquei muito preocupado, no primeiro momento, ao ler as notícias nos jornais. Também sou do Estado do Rio de Janeiro e, obviamente, preocupam-me as ações realizadas no Estado, em especial no Município.



Quero elogiar o Deputado Marcelo Itagiba por sua capacidade e rapidez em fazer esse debate, essa convocação, porque a princípio esse pode parecer um ato administrativo isolado, mas não o é. A preocupação se avoluma exatamente à medida que o tempo passa. A 64 dias do início dos jogos, temos uma situação extremamente delicada, para não dizer uma coisa um pouco mais avançada.

Então, registro, mais uma vez, essa agilidade do Deputado Marcelo Itagiba, essa sensibilidade. Por ter sido Secretário de Estado de Segurança no Rio de Janeiro e Superintendente da Polícia Federal, S.Exa. conhece a fundo a questão de segurança pública no Estado e no Município do Rio de Janeiro.

Fiquei instado a vir a esta audiência pública muito mais para ouvir do que para falar, mas não conseguirei passar incólume, sem fazer algumas perguntas básicas, até porque o Deputado Marcelo Itagiba já aproximou o tema do que efetivamente interessa a esta Casa de Leis no sentido mais amplo e em suas ações específicas.

Tenho algumas perguntas práticas, Sr. Presidente. Não sei se posso encaminhá-las diretamente ao General Rosário — são perguntas rápidas — para, depois, dar encaminhamento a outras perguntas.

Primeiramente, só para reafirmar, indago o seguinte: o trabalho de planejamento estratégico, após a publicação no *Diário Oficial* da indicação de V.Exa. como representante do Ministério da Defesa, foi iniciado quando? V.Exa. foi indicado a partir do ano de 2003? Eu gostaria que V.Exa. confirmasse essa data e a do início dos trabalhos, e o período efetivo desse trabalho. Ou seja, V.Exa. pode ter sido nomeado, ter ficado 2 ou 3 meses até efetivarem o início desse trabalho. Repito: quando foi a nomeação, o início efetivo dos trabalhos e o afastamento?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Vou ser breve em termos de data.

Em julho de 2003, fui convidado para fazer parte do programa de observador de segurança dos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo. Com 30 dias, o convite foi encerrado.

As minhas participações junto ao CO-RIO deram-se em reuniões esporádicas ocorridas entre os meses de agosto a dezembro. Nomeação por indicação do Ministério da Defesa: *Diário Oficial da União*, do dia 19 de novembro de 2003. Início



dos trabalhos: 15 de fevereiro de 2004. Encerramento dos trabalhos: dia 13, com a publicação da data administrativa de 16 de abril de 2007.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Dia 13 de abril de 2007.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Dia 13 foi a notificação, numa sexta-feira; mas, no âmbito administrativo, 16 de abril, próximo passado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, V.Exa. está-me dizendo que ficou durante praticamente 3 anos e 6 meses.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Foram 3 anos efetivamente. De 15 de fevereiro até, vamos dizer, 16 de abril, na função de gerente ou de coordenador de segurança.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Mas em 2003 tive participações não remuneradas, nesse período, num programa de observador de Santo Domingo em reuniões e inclusive em visita ao próprio então Subsecretário Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A data efetiva é de 19 de novembro de 2003.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Essa é a indicação no *Diário Oficial da União*.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É a indicação. Essa é que seria a base.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – O início dos trabalhos foi em 15 de fevereiro de 2004.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeitamente. Isso é o mais importante.

Nesse período todo, General Rosário, obviamente, além do planejamento e das etapas que já foram mencionadas por V.Exa. e pelo General Juarez, aconteceram algumas ações e eu imagino que, do final do ano passado para cá, várias aquisições de material e de equipamentos também. Imagino que isso possa ter acontecido por indicação, por escolha ou por compra direta do CO-RIO. Então, já existia algum cronograma de compras estabelecido ou já iniciado, enquanto V.Exa. permanecia à frente do projeto como gerente?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Vamos falar só da área de segurança.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Não, somente da área de segurança não. Estou tratando de outra área.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Toda a aquisição da área de segurança, o CO-RIO não ficou com nenhum recurso em seu orçamento; isso ficou sob a responsabilidade da SENASP. Então, penso que essa pergunta deveria ser canalizada para a secretaria, que pode dar-lhe dar uma resposta mais precisa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, V.Exa. está-me dizendo que o CO-RIO só era responsável por fazer as indicações e também a supervisão.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sem dúvida, o acompanhamento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sim, o acompanhamento. Pergunto a V.Exa. exatamente isso. Nesse acompanhamento, nesse período de praticamente 3 anos, vamos colocar assim, principalmente do final do ano passado para cá, V.Exa. acompanhou, supervisionou a aquisição de equipamentos pela SENASP?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Não. Acompanhamento do processo licitatório, eu não fiz parte disso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Não, acompanhamento da aquisição, ou da instalação, ou da proposta. Ora, se há planejamento, se há estabelecimento de metas, há também um cronograma financeiro.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Quanto ao cronograma, sim, mas quanto a liberação de recursos, os recursos do Governo Federal só foram liberados a partir de determinada data. Então, houve um atraso, evidentemente, na liberação dos recursos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, V.Exa. está dizendo que, por seu conhecimento, esse atraso se deu em decorrência da liberação.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Também. O restante é decorrência.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Em decorrência dos recursos federais. Então, toda essa programação — o projeto básico, o *masterplan*, o planejamento estratégico —, tudo o que foi conduzido de sua parte, até onde se lhe permitiu,



V.Exa. sente que a missão foi completada, não toda a missão dos Jogos, da instalação, etc.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sem medo nenhum de errar, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, eu queria fazer outra pergunta, General Rosário. Neste acaso, até a data de hoje, V.Exa. disse que não tem acompanhado, não tem ido, não tem sido convocado, chamado, mas por informação, até jornalística, como cidadão, V.Exa. tem visto esse cronograma ocorrendo — a aquisição ou as ações efetivas da SENASP no Município do Rio de Janeiro?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Perfeitamente, como cidadão, acompanho os noticiários. O jornal *O Globo* de ontem publicou fotos de helicópteros chegando com a Força Nacional. Pessoas nos tem informado que há um processo de aquisição de segurança eletrônica, de câmaras, etc. O próprio jornal noticiou, na semana passada, que esses equipamentos já estão no Rio de Janeiro e que, em função de atraso nas obras, não poderiam ser instalados. Mas isso, evidentemente, são informações de jornal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Até que ponto esse atraso nas obras também compromete o cronograma específico de segurança? Qual seria o prazo mínimo? Nós estamos a 64 dias dos Jogos, mas, se houver menos de 30 dias, isso se torna impossível? Vamos tentar estabelecer um parâmetro.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Eu acho que depende de instalação para instalação e de competição para competição.

Vou procurar ser sintético. Quanto ao *field of play*, o local da competição, por exemplo, se o tatame estiver pronto, a competição pode ser realizada. Eu vi isso ocorrer em Santo Domingo, obras fora do estádio estavam sendo realizadas. Pode haver, por exemplo, na Marina da Glória, a não-liberação para a construção física, mas pode-se fazer em *overlay*, ou seja em instalações temporárias. O local de competição é o mar. O mar está disponível. Se as raias da lagoa já chegaram, a competição na lagoa pode realizar-se.

Em suma, tenho a impressão de que, quanto às instalações dos Jogos, algumas vão ficar prontas muito perto da data, provavelmente em meados ou final



de junho, não permitindo a realização daquilo que eu chamaria de treinamentos, treinamentos dos diversos segmentos, inclusive de segurança nos locais de competição. Se isso vai prejudicar ou não, essa é uma avaliação que merece ser trazida pelo Presidente do CO-RIO.

Eu tenho uma avaliação de cidadão e de militar: devemos fazer as coisas com um tempo suficiente para realizar os treinamentos em todos os níveis, Para que se possa ter aquilo que chamei aqui de procedimentos operacionais padronizados, para que cada pessoa saiba o que fazer, onde, quando e como. Evidentemente, se o tempo for curto, o êxito do evento vai depender muito, nos próximos 60 dias, de uma dedicação enorme das construtoras e das pessoas engajadas no processo.

Evidentemente extrapolo, entro um pouco no nível de um certo “achismo”, não é? Não vou fazer uma afirmação leviana, de forma alguma, de que não vai ocorrer ou de que se vai prejudicar o evento. Pelo contrário, eu acredito que os Jogos serão um grande sucesso. Tenho este sentimento e esta percepção. E vou dizer com toda a pureza e tranqüilidade também: o CO-RIO está produzindo uma documentação de planejamento — não estou falando de segurança, não — nunca realizado no Brasil e num nível melhor do que o que vi em Atenas. Sou testemunha porque fui a Atenas 3 vezes. Na terceira vez, durante os jogos, permaneci mais de 20 dias com uma credencial em que pude ver o planejamento geral dos jogos. O CO-RIO está fazendo um planejamento que nos credencia a ser candidatos a jogos olímpicos.

Uma coisa é o meu afastamento da função, outra é o reconhecimento do trabalho do CO-RIO. Está em nível de excelência. O CO-RIO depende de órgãos governamentais, seja para contratação de pessoas, seja para construção de instalações. Em suma, é uma organização que não tem a capacidade de conduzir todo o processo sozinho. Quero deixar bem claro que o planejamento do CO-RIO está em nível de excelência. Não posso deixar de reconhecer o grande trabalho do Presidente Nuzman.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, como o Deputado Marcelo Itagiba, vou tomar esses questionamentos do General Rosário como uma postura do nosso convidado, e não motivadores de preocupações. Vou usar a linguagem do Presidente da República na apresentação do PAC na segunda-feira: não digo que estamos na luz verde, mas na amarela; não chegamos à vermelha.



É extremamente importante tudo o que foi dito aqui, e tem que ser levado em consideração. Vejo a preocupação dos Generais Rosário e Juarez e das autoridades: só o conhecimento não basta, tem que haver ações efetivas.

Agradeço imensamente a V.Exas. a participação, e ao Presidente, Deputado João Campos, a paciência e a participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sr. Presidente, Srs. Generais, primeiramente, quero registrar, conforme o Líder do nosso partido, a iniciativa do nobre Deputado Marcelo Itagiba — com quem tive oportunidade de trabalhar durante algum tempo —, que demonstra sua atenção ao Estado do Rio de Janeiro e sua preocupação com o que pode ou não acontecer, não só durante o Pan-Americano, mas em qualquer época. S.Exa. com certeza é uma das maiores autoridades na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

Essa iniciativa me deixou bastante surpresa. Eu fiquei afastada, porque estive doente, mas resolvi ficar hoje desde o início. Para mim, foi muito importante ouvir o que ocorreu com esse tipo de demissão. O General Rosário disse que não sabe quem os demitiu e por quê, não é isso?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu sei, sim. Foi o Presidente do CO-RIO, porque é quem tem a competência para isso.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Foi ele quem assinou o ofício.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sem dúvida. E a competência é dele.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E o ofício é curto e grosso: não há nenhum motivo para a demissão de V.Exa. e de toda a sua equipe.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Não. O ofício encaminhado ao Ministério da Defesa caracteriza — eu tenho cópia aqui, se a Casa desejar, é público — que houve o término de um período e que, a partir de agora, é a fase operacional; a Secretaria Nacional assume todos os encargos da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) — Nós gostaríamos que V.Exa. disponibilizasse para a Comissão os documentos que tiver.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI – Gostaríamos, sim. Continuando meu raciocínio, então, operacionalmente, todo o planejamento de V.Exas. vai ou não ser aproveitado?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Eu diria a V.Exa., Sra. Deputada, que boa parte do planejamento já foi até aproveitado. O que projetei aqui, mostrando a estrutura que a própria SENASP adotou para a segurança dos Jogos, engloba uma proposta em que a base está exatamente consolidada naquilo que apresentamos como sugestão, evidentemente acrescido de programa especial, de colocações e até de aperfeiçoamentos, de percepções não voltadas apenas para o interior das instalações, mas para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, de uma maneira mais abrangente, o que não era o escopo do Comitê Organizador. Esse aspecto precisa ficar bem esclarecido.

Evidentemente, os recursos que estão sendo concedidos ao Rio de Janeiro extrapolam as propostas iniciais do Comitê Organizador, porque as autoridades de segurança pública julgaram assim conveniente e importante, seja o Secretário, seja o Governador, seja a própria Presidência da República, seja o Ministério da Justiça.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E o General estava preocupado com as funções da Força Nacional de Segurança, e não só com isso. Como V.Exa. disse, um policial do Pará não pode agir no outro Estado. A própria Força Nacional está acéfala, não é? Pelo menos estava até anteontem, porque o comandante pediu demissão, exatamente porque não recebe nada do que foi prometido, inclusive material. A Polícia Federal do Rio de Janeiro está sem rádio Nextel, por quê? Porque o Governo Federal não pagou os rádios de comunicação da Polícia Federal.

Sabemos que o Rio de Janeiro tem problemas estruturais enormes, não só no tocante à segurança, mas à peculiaridade da cidade. É óbvio que vocês sabem muito bem a diferença de Atenas e até de Santo Domingo para uma cidade como o Rio de Janeiro, sitiada pelo narcotráfico, por aquelas armas e, principalmente, por uma bandidagem extremamente ousada. Não descarto a possibilidade de eles atacarem as Forças Nacionais de Segurança na rua, como estão fazendo com a Polícia Militar, para roubar armamento. Eu me preocupo muito com esse aparato. Quanto mais armas nas ruas, mais se atija a vontade dos bandidos.



Então, pergunto aos senhores: a saída das suas equipes prejudica a segurança dos Jogos Pan-Americanos?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu não diria que prejudica sensivelmente. Isso vai depender de quem vai operar. Já ressaltai aqui que, no meu entendimento, o nosso afastamento prejudica a transmissão de todo um conceito de planejamento que deveria ser passado para quem iria ou irá operar. Nesse contexto, sim.

Evidentemente, a segurança pública do Rio de Janeiro, como V.Exa. ressaltou, é muito mais abrangente do que o planejamento que realizamos, que foi segurança para os Jogos, ou seja, muito mais focado naquelas ações voltadas para o exterior das instalações, sem descuidar de demandas e recomendações para as forças policiais. No entanto, não dissemos a um secretário de segurança — nunca fizemos isso e não teria cabimento fazê-lo — que tipo de equipamento teria de adquirir, mas sim quais eram os tipos de demandas de segurança. Por exemplo, as vias especiais ou vias expressas, Lagoa, Barra, Linha Amarela, Linha Vermelha, Avenida Brasil, etc., tinham de estar evidentemente sob a capacidade de um controle policial.

Então, Deputada, o nosso afastamento é muito mais ligado ao plano interno — vamos chamar assim — do CO-RIO, ao qual pertencíamos, ao planejamento do CO-RIO e na possibilidade de repassarmos tudo aquilo que foi preparado com grande detalhamento para todas as instalações. Certamente, haverá um vazio nessa troca entre as áreas funcionais do CO-RIO e quem substituiu o nosso grupo, ou seja, a equipe da SENASP.

O SR. JUAREZ GENIAL - Eu queria aduzir a minha opinião a respeito da questão levantada pela Deputada. Como disse anteriormente, são alguns anos de serviço no Exército, e eu nunca deixei de cumprir missão. Agora eu me sinto como não tendo cumprido a minha missão, pois eu não passei o que eu tinha de passar para quem de direito. A sua pergunta cabe bem nesse sentido. A missão nossa não foi cumprida.

O General Rosário foi bem claro quando disse que o planejamento estratégico já foi feito há algum tempo. Não terminou agora, terminou há muito tempo. Nós estávamos buscando o detalhamento necessário para a execução. O General



Rosário é o nosso estrategista, eu sou homem de operações, e não vejo com bons olhos as operações, ou seja, a capacitação para a execução das operações previstas por parte de quem vai executá-las. Fazer trabalho policial as pessoas envolvidas sabem, mas, para os Jogos Pan-Americanos, de acordo com os conceitos estabelecidos, elas não sabem. Elas precisam ser adestradas, e não receberam as informações de todas as instalações. As instalações das quais nós não passamos essas informações correm o risco de não ter padrões semelhantes às demais. Não sei se estou sendo claro com relação à execução. Acho que poderemos ter problemas nesse sentido.

Quanto à missão cumprida, eu, particularmente, acho que não cumpri a missão. Seria muito mais natural se isto ocorresse: *“Até o dia tal vocês têm transmitir as missões, as operações”*. Seria necessário definir isso para a SENASP, para ela designar os seus gerentes das operações de segurança das instalações. Nós podemos passar para esses gerentes no detalhamento.

Há uma área que não foi falada aqui. Há um certo tabu para falar sobre inteligência. Nosso Deputado não está presente, mas eu vou falar nessa área.

Nós temos uma área dentro da área de segurança: a gerência de inteligência. Foi feito um levantamento estratégico de todas as áreas onde ocorrerão as competições. O gerente e o oficial encarregado, os 2 que trabalharam nessa área, têm conhecimento do assunto. Fizeram um levantamento estratégico e o disponibilizaram para todos os órgãos policiais do Rio de Janeiro.

Todas as favelas à volta dos locais de competição estão levantadas. Quem manda, quem briga, quem está contra quem, Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, tudo isso está levantado, inclusive o nome das pessoas que conduzem os processos dentro da bandidagem local foi disponibilizado. Nós vimos, diariamente, oficiais da Força Nacional que já tinham recebido missão se dirigirem aos nossos oficiais, ao gerente e ao supervisor, e tudo ser dito a eles com detalhamento, usando-se o Google, mapas, mostrando-se todos os detalhes desse levantamento estratégico, e isso parou.

É difícil entender, porque eles são policiais que vão atuar numa instalação e não conhecem o seu entorno, porque eles não são do Rio de Janeiro. A passagem desse conhecimento total, de instalação por instalação, seria fundamental, no meu



modo de ver, e isso não foi completado. Por isso, no meu modo de ver, a nossa missão não foi cumprida. Essa é a minha visão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - No momento, ocorre no plenário processo de votação nominal, por isso a ausência de alguns Deputados, a exemplo do Deputado Marcelo Itagiba, que inclusive já retornou.

O último inscrito, Deputado William Woo, acaba de se dirigir ao plenário. Se S.Exa. retornar antes do encerramento da reunião, poderá pronunciar-se.

Agora, partiremos para as considerações finais.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, mais uma vez quero cumprimentar os 2 Generais pela dedicação e pela qualidade do trabalho por eles realizado.

Lamento que o processo tenha sido interrompido dessa forma, como muito bem disse o Deputado Hugo Leal, gerando em todos nós expectativa quanto ao que acontecerá durante os Jogos Pan-Americanos.

Segundo o meu ponto-de-vista, quem planeja deve participar de alguma forma do controle da execução. Agora, o mais importante é o processo de avaliação final. Não podemos esquecer que os Jogos Pan-Americanos serão fundamentais para as pretensões internacionais do Brasil, seja em relação a jogos olímpicos, seja em relação à Copa do Mundo.

Portanto, considereei importantíssimas as revelações feitas hoje. O mais importante é o Parlamento acompanhar a execução de tudo o que vem sendo feito na cidade do Rio de Janeiro, até porque, pelo que temos lido na imprensa, as despesas foram muito maiores do que as programadas em todos os segmentos, e não apenas na área de segurança pública.

O mais importante — assunto que debatemos durante a disputa no México — é saber qual o legado para a cidade do Rio de Janeiro em todos os aspectos, não apenas no que diz respeito a transporte e segurança pública, mas à qualidade de vida da população.

Infelizmente, fora a segurança pública, observamos que tudo o que havia sido planejado, como o transporte de massa, não foi implementado. E mais, as obras



estão muito atrasadas. Chegamos ao ponto de ter toda a equipe voltada para a área de segurança pública dispensada, num momento de tão grande importância, a exatamente 2 meses e alguns dias da realização do evento.

Chamo a atenção dos Parlamentares para a necessidade de verificarmos o que está acontecendo, para que amanhã não lamentemos tudo o que possamos perder, não apenas agora, durante a realização dos Jogos Pan-Americanos, mas o reflexo de tudo isso para que o Brasil possa sediar eventos de outras atividades esportivas.

Agradeço aos Deputados integrantes da Comissão o apoio, e também aos 2 convidados, que muito contribuíram para o esclarecimento de todos. Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) – Já nos encaminhando para o encerramento, mas o Deputado William Woo acaba de retornar do plenário e fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, quero inscrever-me também, como não membro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) – Em seguida, ouviremos o Deputado Silvio Torres.

Convido o Deputado Marcelo Itagiba a assumir os trabalhos, para que eu possa também cumprir minha obrigação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Concedo a palavra ao Deputado William Woo.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela autoria deste requerimento e, como bem lembrou a Deputada Marina Maggesi, também pela atenção especial que deu à segurança.

E o assunto não diz respeito apenas ao Rio de Janeiro, porque os Jogos Pan-Americanos referem-se ao Brasil e à visão que todos teremos de toda a ação que está ocorrendo no Rio, que é uma ação brasileira. Os jogos internacionais apresentam a ação de nossa soberania perante todos os que estão observando esse momento esportivo tão importante.



Em segundo lugar, quero desculpar-me pela ausência ao início desta audiência pública, devido a uma agenda atribulada na data de hoje, mas o pouco que ouvi serviu-me para formular um questionamento.

O General-de-Brigada Juarez Genial diz que não considera a missão cumprida. É lógico que existem várias etapas, mas penso que os 2 Generais foram convidados para planejar e executar toda a missão. Se tivessem sido chamados apenas para a fase de planejamento, teriam feito treinamento das operações a serem realizadas no Rio de Janeiro. Num espaço de tempo tão curto de apenas 2 meses é quase impossível passar para novo grupo toda a metodologia das ações, no que diz respeito aos precursores do grupo avançado e ações emergenciais que podem ocorrer.

A população brasileira pensa sempre que aqui não acontece nada. Só colocam o alarme em casa depois de serem assaltados; os carros só são blindados depois de serem seqüestrados. Mas tenho certeza de que, pela qualidade que tem, o Exército pensou em todas as situações: ataque terrorista, uso de arma química, queda de avião, falta de energia por horas. Talvez outras pessoas não tenham preparo para tanto, já que se trata de longa operação: quase 3 anos. No final de uma olimpíada, os trabalhos da próxima já são iniciados.

Ouçõ a notícia com muito temor, primeiramente porque fui autor do requerimento de convite de representante da Força Nacional de Segurança. Na condição de policial, não considero a Força Nacional a mais indicada para tratar do assunto. No dia, compreendi, porque, para mim, tratava-se de uma força tática, operacional. E não é isso. Ficou bem claro que a intenção dela é integrar a polícia, por exemplo, juntar integrantes dos Exércitos paraguaio e brasileiro. As pessoas vão conhecer-se e chamar-se pelo nome pela primeira vez. De certa forma, os 100 milhões gastos pela Força seriam muito mais bem gastos no fortalecimento da informação da inteligência no Brasil: digitalização, comunicação, rede *intranet* de todas as delegacias do País, do sertão até a capital. Mas esta não é a pauta de hoje.

Assusta-me mudança tão em cima do prazo. Espero que não haja repercussão negativa em termos de resultado. Só sabemos se estamos preparados quando o fato ocorre. Ele pode ser negativo, mas o desenrolar da situação pode



toná-lo melhor. Se não ocorrer nenhuma situação durante os Jogos, o resultado será positivo.

Quero deixar registrada uma preocupação que, tenho certeza, é de todos nesta Comissão: essa mudança repentina, sem qualquer preparo, sem repasse da quantidade de informações que obtiveram com essa nova experiência — e esse aspecto tem de ser respeitado.

Sei da qualidade do Exército. Tive o prazer de saber um pouco mais sobre as Forças Armadas aqui. Na semana que vem vou ao Haiti. Tive a oportunidade de receber os primeiros comandantes das ações naquele país e ficou claro que as ações não vêm acompanhadas de ações estruturais para recuperação do país, como saneamento e escola. Trata-se apenas de atividade militar de segurança.

Quero registrar também a admiração que nutro por V.Exas., pelo trabalho realizado até o momento.

Tenho certeza de que o Deputado Marcelo Itagiba e os Deputados que participaram desta audiência pública desde o início apresentarão propostas para resolver essa drástica mudança de tirá-los do comando das operações. Realmente, só está capacitado para uma situação de emergência quem foi preparado. Quem trabalha com segurança pensa a respeito de tudo o que pode acontecer.

Agradeço aos convidados a presença.

A eficácia do Exército será demonstrada agora, com a vinda do Papa a São Paulo.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sr. Deputado, quero fazer breve comentário. Não vou levar em consideração o lado pessoal, e sim funcional. Como disse há pouco, quando V.Exa. não estava presente, o nosso afastamento deixa um vazio, na medida em que não nos foi possível repassar todo o conhecimento acumulado para o outro grupo. E não se trata apenas de mim, e sim da nossa equipe. Certamente esse vazio existe.

Existe frustração pessoal, ressaltada pelo General Juarez Genial; no caso, o sentimento de não cumprimento de missão. Isso é inerente a qualquer militar. Mas este é um aspecto pessoal, e não vim até aqui para falar disso.

Como bem disse o Deputado Marcelo Itagiba, o planejamento vai até o *feedback*, ou seja, trata-se de contínuo processo de acompanhamento, supervisão,



validação e avaliação do que aconteceu. Parece que vai ficar também grande vazio em relação a esse aspecto, em função de que nós, que participamos muito mais do que quem vai operar, não vamos ter a oportunidade de participar do final de todo o processo, que certamente poderá ser extremamente útil ao Brasil, que tem a pretensão de realizar megaeventos esportivos.

Quanto à Força Nacional de Segurança, há pouco teci comentário pessoal, e não vou repeti-lo. O meu questionamento não é apenas sobre o policial de um Estado atuar em outro, mas da própria Força como um todo. O art. 144 da Constituição não traz escrito “Força Nacional”. No meu entendimento, não se trata de força operacional.

Comungo com V.Exa. o mesmo raciocínio. Estou apenas ratificando o que disse antes.

Pertenci ao serviço ativo do Exército, mas não o esqueço mesmo estando na reserva. Nas missões recebidas mesmo fora do País — ocupei inclusive o posto de Oficial General no Timor Leste —, temos de ir até o final. O trabalho não é interrompido, a não ser no caso de uma fatalidade.

Não pedi demissão. Em 15 de março, quando foram afastados os 3 coronéis e o capitão-de-mar-e-guerra — e não me foi dado resposta do porquê —, e eles haviam sido contratados no dia 1º daquele mês, evidentemente não me senti satisfeito. Fui ao Presidente e ao Secretário-Geral do Comitê Organizador cobrar essa informação. É possível que eu tenha sido enfático, que não tenha utilizado a diplomacia necessária, mas a minha situação de gerente não era confortável. Mas isso é assunto pessoal.

Grato pelos elogios à Força Terrestre, que estendo às demais Forças singulares, Marinha e Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra o General-de-Brigada Juarez Genial.

O SR. JUAREZ GENIAL - Nobre Deputado, estou afastado do Exército desde dezembro de 2004, mas não o esqueci. A nossa tropa no Haiti, país que necessita do esforço de governos estrangeiros para renascer das cinzas, porque está bem destruído, está acompanhada de um grupamento de engenharia. Periodicamente recebemos do comandante desse grupamento, muito gentilmente, informações



sobre a participação do Exército Brasileiro na recuperação do Haiti — tenho meios para fazer chegar às mãos de V.Exa. esses dados. A nossa tropa vem atuando na segurança das escassas instituições que lá tentam estabelecer-se, mas junto a ela há militares do Exército que diuturnamente trabalham como engenheiros na reconstrução daquele país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, senhores convidados, Deputado Marcelo Itagiba, requerente desta audiência, não pertencço à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Sou membro da Comissão de Turismo e Desporto e integrante da Subcomissão Especial destinada a acompanhar os preparativos e a realização dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos. Essa Comissão já ouviu pessoas ligadas à organização dos jogos, como o Presidente do CO-RIO, o Ministro do Esporte, representantes do Ministério e responsáveis por cada uma das áreas envolvidas.

No que se refere à área de segurança, realizamos audiência pública à qual não puderam comparecer os principais responsáveis pela segurança do Pan, o que acabou redundando num convite para que os membros da Subcomissão fossem ao Rio de Janeiro, ao núcleo que vai coordenar a segurança dos Jogos, tendo em vista que muitas informações não poderiam ser reveladas numa audiência pública, sob o risco de comprometer a segurança do projeto.

Assim sendo, na última sexta-feira, estivemos no prédio da SENASP no Rio de Janeiro. Fomos recebidos pelas autoridades que comandam a operação de segurança: o Dr. Hilário Medeiros, da Polícia Federal, representantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, responsáveis pela logística do projeto de segurança do Pan. Durante cerca de 2 horas ouvimos explicações que, de alguma forma, divergem de informações que recebemos aqui.

Não pude ouvir toda a exposição aqui feita, mas percebi que subsistem dúvidas em relação àquilo que interessa à sociedade, ou seja, a segurança e a tranquilidade de quem vai participar como atleta ou integrante do corpo técnico e, principalmente, dos turistas e da comunidade carioca.



Como ouvi um lado, eu gostaria de ouvir o outro. Embora a comparação possa não ser exata, eu gostaria de fazer algumas perguntas aos nossos convidados, sem nenhum objetivo de fazer juízo de valor ou de mérito em relação à situação. Realmente, para nós representantes da sociedade, causou certo desconforto o anúncio da demissão dos 2 generais e da equipe, o que ocorreu num momento em que o Rio de Janeiro estava numa conflagração mais aguda de toda a crise que atravessa. A realização dos Jogos vem sendo marcada por informações e publicações que trouxeram certa intranquilidade quanto ao próprio cronograma de obras, ao bom andamento e ao sucesso dos Jogos. Não vou nem falar dos custos, a que se referiu o Deputado Marcelo Itagiba, como um dos participantes — imagino que seja — do compromisso que o Governo assinou em 2002 para a realização dos Jogos Pan-americanos. À época, os custos eram estimados em cerca de 400 milhões de reais e, hoje, já estão em 4 bilhões de reais, segundo as informações de que dispomos. Já é motivo de preocupação gravíssima os custos terem extrapolado tanto as previsões iniciais.

Agora, o que mais nos preocupa é o próprio acontecimento dos Jogos. Qual é o legado? Refiro-me ao legado no sentido amplo, ao legado da segurança, certamente, mas ao legado técnico dos Jogos Pan-Americanos, ao legado para o Rio de Janeiro, como já foi lembrado aqui, que previa a despoluição da Lagoa, a melhoria no transporte público e, enfim, benefícios que nem Barcelona obteve com a realização dos Jogos Olímpicos. Esse legado parece comprometido.

Uma das obras que serão legadas é o Engenhão, uma arena construída pela Prefeitura pelo Rio de Janeiro, com custo estimado hoje de 350 milhões de reais, onde serão realizadas as partidas de futebol feminino e atletismo. Pois bem, depois desse grande investimento de dinheiro público, não sabemos no que se tornará depois dos jogos, ou seja, corremos o risco de ter um elefante branco no Rio de Janeiro. O Prefeito César Maia está-se empenhando em repassar esta obra depois do Pan para clubes de futebol que não têm estádio, que não têm sede para realizar suas atividades esportivas, para ver se eles se dispõem a continuar. Ouvi até informações de que essa obra seria dispensável, porque essas mesmas atividades poderiam ser realizadas em outros locais sem que se tivesse de gastar esse dinheiro.



O que cabe a nós, à Câmara dos Deputados, é aguardar o resultado dos Jogos, as conseqüências. O Tribunal de Contas da União já vem fazendo monitoramento permanente, ainda que não divulgue relatórios sobre a organização e os gastos do Pan. Vamos ter de aguardar tudo isso, para depois verificar que atitude nos caberá tomar por dever e responsabilidade. Entretanto, isso não impede que tenhamos uma ação pró-ativa, desde já ou desde antes, que é o que esta Subcomissão Especial pretende e que acredito seja o objetivo da reunião de hoje.

Eu gostaria agora de fazer as seguintes perguntas a qualquer um dos senhores. Obtive a informação de que o motivo da convocação desta audiência seria o esclarecimento das razões que ensejaram a demissão da equipe de segurança dos Jogos, que não foram esclarecidos. Até onde eu soube, não há uma razão que V.Exas. pudessem transmitir-nos isso.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Deputado, eu vou repetir, porque V.Exa. não estava presente. O que eu conheço de informação pública é um ofício encaminhado ao Ministério da Defesa, dizendo que o ciclo do planejamento estratégico estava encerrado e que cabia agora a fase operacional, no sentido de operação, e não de planejamento de operação, e que a Secretaria Nacional de Segurança Pública assumiria toda a coordenação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa é a informação que V.Exa. e o General Juarez dariam em qualquer...

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Isso é público.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, eu sei, mas essa é a única informação que V.Exas. têm, seja oficial, seja extra-oficialmente, não é isso?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Eu não recebi nenhum comunicado de outra natureza.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Esse seria o rito burocrático, digamos assim. O que nós queríamos saber é se existe alguma ligação com algum fato específico que pudesse ter provocado a saída de V.Exas., e não apenas a explicação oficial.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Mostrei aqui que, no meu entendimento, esse foi um processo que se iniciou em março, quando 3 coronéis e um capitão-de-mar-e-guerra foram convocados no dia 1º e demitidos no



dia 14. Evidentemente, no dia 13 de abril todos os militares da área funcional de segurança foram demitidos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não teve nada ver com o incidente ocorrido durante a visita do Presidente da República, que culminou com uma briga de gangues.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – V.Exa. deve estar fazendo esse comentário porque a *Folha de S.Paulo* fez uma publicação, no meu entendimento, totalmente desconectada de qualquer comunicação ou apresentação feita por mim ou por alguém da minha equipe que eu tenha conhecimento, em relação àquele fato. Eu inclusive fui a todas as reuniões daquela natureza, ou seja, de guias cívicos, mas para a do Maracanã não fui convidado. E não vou aonde não sou convidado. Não foi dito que fui eu, teria sido da equipe. Saiu na *Folha de S.Paulo*. Desconheço, ignoro e, evidentemente, não partiu nem de mim e nem de nenhum dos meus assessores diretos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A arregimentação daqueles jovens e de pessoas da comunidade fazia parte do planejamento?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Não, toda a parte ligada aos guias cívicos, que é assunto de que V.Exa. está tratando, faz parte daqueles programas especiais que citei aqui e que existem...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - De responsabilidade do SENASP.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Diretamente da SENASP. O CO-RIO não teve na área de segurança nenhuma ligação, nenhuma vinculação com esse programa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – V.Exas. sabem que um dos argumentos utilizados para justificar a arregimentação desses jovens da comunidade, de pessoas que vivem numa faixa próxima ou no entorno de onde os Jogos serão realizados, é que essa seria uma forma de ganhar a simpatia e a adesão dessas comunidades para a realização dos Jogos e com isso obter também maior segurança. Por isso pergunto se isso fazia parte do planejamento de segurança do grupo de V.Exas.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Não, do nosso grupo não, senhor. Era uma iniciativa direta da SENASP.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa era uma abordagem, digamos assim, irrelevante no planejamento da segurança?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO – Não, eu não a coloco como irrelevante. Se sob a ótica da SENASP tinha grau de relevância, perfeito. Eu estou comentando que o nosso grupo não participou desse tipo de planejamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas era convergente, digamos assim.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Sem dúvida nenhuma; e, se bem realizada, uma excelente idéia.

O SR. JUAREZ GENIAL - Deputado, para não perder a oportunidade, o nosso empregador informou oficialmente, por intermédio desse documento, que a nossa atividade terminou. Então, oficialmente é o que nós temos. O resto é notícia de jornal. Qualquer outra inferência ocorre em cima de notícia de jornal. O General Rosário foi bem enfático, mas eu gostaria de também ressaltar este ponto.

Saiu no jornal que a equipe de segurança do CO-RIO, constituída por ex-integrantes dos órgãos de inteligência das Forças Armadas e de segurança pública do Estado do Rio, já havia levantado a possibilidade de isso ocorrer. Nunca levantamos essa possibilidade. Ninguém da equipe disse que isso ocorreria. Trata-se de notícia de jornal.

Com relação aos projetos especiais, não sei se V.Exa. assistiu à apresentação feita pelo General Rosário do organograma da estrutura — Ministério da Justiça, Centros Regionais de Segurança dos Jogos Pan-Americanos. Aquele foi um trabalho da SENASP em cima de proposta da nossa área funcional de segurança, com acréscimos. Um dos acréscimos foi o programa de projetos especiais em que está inserido o projeto dos guias cívicos. Não houve nenhuma consulta a nós sobre essa inserção. Houve uma apresentação para nós, aumentando o número de centros regionais e inserindo aquele centro operacional dos programas especiais, aí incluído o projeto dos guias cívicos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não tive a oportunidade de assistir à apresentação, mas eu a conheci no SENASP.

O SR. JUAREZ GENIAL - Aquela estrutura foi uma inserção da SENASP, sem nenhuma participação do CO-RIO.



O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Certamente, V.Exa. viu a proposta da SENASP, mas não teve a oportunidade de ver a proposta que encaminhamos como ponto de partida e que foi acolhida pela Secretaria. Faço um registro: o Secretário Nacional de Segurança Pública, Delegado da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, teve sempre, comigo em particular, uma relação de extrema afinidade, no que diz respeito à parte de educação e à troca de informações. Assisti a todas as apresentações do Luiz Fernando no Rio de Janeiro. Estive em Brasília com S.Exa. várias vezes, desde outubro de 2004, quando ainda se pensava em Força Nacional, quando ainda se iniciava o planejamento de segurança dos Jogos. Em termos de segurança pública, meu relacionamento com o Secretário Nacional de Segurança Pública sempre foi cordial e, pelo menos da minha parte, extremamente profissional.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - No planejamento elaborado por V.Exa. e os demais da equipe, qual a previsão de custo e o valor a que se chegou, pelo menos durante o tempo em estiveram à frente da coordenação? V.Exa. tem como apresentar um número?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - O número que posso apresentar são os que foram projetados num documento chamado exposição de motivos, de 30 de maio de 2005. Apresentei ao Ministério da Defesa, mediante ofício do Presidente do Comitê Olímpico, proposta que chamamos de orçamento preliminar, consolidando sugestões encaminhadas aos órgãos de segurança pública e de inteligência. O então Secretário Marcelo Itagiba, por intermédio da Delegada Elizabeth, remeteu-nos e nós consolidamos um instrumento preliminar para ser levado ao Governo Federal, a fim de ser estudado.

Valor estimado à época: 100 milhões de dólares. Uma vez que o dólar valia 2,71 reais. Projetei o valor de 271 milhões de reais. O próprio Presidente da República e os jornais noticiaram que os recursos encaminhados ou liberados para a SENASP, num primeiro momento, ao final de 2005, foram de 385 milhões de reais.

Recentemente, na inauguração do Centro de Tecnologia, evento a que estive presente, o Presidente da República reportou que os gastos com segurança já ultrapassavam os 400 milhões de reais. Se lermos os jornais de 10 dias atrás, veremos a notícia de abertura de crédito da ordem de 177 milhões de reais — não



sei quanto foi destinado à segurança. Evidentemente, posso afirmar, porque o Presidente da República assim o fez, que os gastos com segurança dos Jogos — não estou falando só para instalações, mas para segurança, de forma abrangente, inclusive programas especiais e sociais ligados a ela — eram superiores a 400 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Números informam o valor de mais de 500 milhões de reais. Esse estouro do orçamento veio, em alguns casos, acompanhado de informações ou até denúncias na imprensa. Uma delas diz respeito à contratação da Motorola para fazer o monitoramento de toda essa área de operação.

Segundo consta na imprensa, apesar do valor estimado de 100 milhões de reais, o contrato foi de 160 milhões de reais, sem concorrência. A imprensa informou que foi feita contratação direta e deixou nas entrelinhas que teria havido algum tipo de indicação. V.Exas. tomaram conhecimento dessa denúncia?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Denúncia pela imprensa?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Da imprensa.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Certamente. O *Diário Oficial da União* publica que, por dispensa de licitação, foram adquiridos equipamentos na Motorola no valor de 161 milhões de reais. Essa, a informação que tenho. Não participei, nem eu nem ninguém da minha equipe, em nenhum momento, dessa negociação — não deixa de ser uma negociação, no sentido correto da palavra — no processo de aquisição de equipamentos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, com certeza; se não houve licitação, ocorreu uma negociação.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Até licitação é um processo de negociação. A pessoa apresenta proposta e contraproposta, mas não entremos na semântica da discussão. O que temos de conhecimento é via imprensa e *Diário Oficial da União*.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - General, a minha pergunta é a seguinte: nesses 271 milhões de reais, que V.Exa. acabou de dizer que eram o



orçamento previsto em 2005, estava incluído o equipamento que acabou sendo fornecido pela Motorola? V.Exa. lembra o valor?

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Não lembro o valor, que era estimado, e apenas para os locais de competição. Evidentemente, todo esse conjunto inclui, pelo o que tenho conhecimento via imprensa, câmeras, etc., em vias públicas, e aquisição de outros equipamentos. Trata-se de outro projeto, de outra concepção. Não posso comparar banana com tomate, porque os números não estarão de acordo entre si. Não há sentido.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Muito obrigado. Não estenderei mais as perguntas, senão esta audiência parecerá uma CPI. Não quero de forma nenhuma passar essa impressão.

De qualquer forma, acredito que a contribuição foi importante. Estamos todos aguardando, torcendo muito pelo sucesso dos Jogos Pan-Americanos, especialmente na área de segurança.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Se V.Exa. me permite, anotei uma palavra: divergência entre o que teria sido dito lá e aqui. Não sei se V.Exa. gostaria de fazer um comentário específico, para não gerar dúvida.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Quando falei em divergência, não me referi ao que foi dito por V.Exas. A sensação que tive quando saímos da exposição era de que tudo estava sob controle — evidentemente dentro da margem do que é previsto, o imprevisto ninguém pode garantir — e que o trabalho seguia um roteiro, uma coordenação.

Soube que havia certo temor quanto à coordenação. Conheci o Coronel da Polícia Militar que seria o coordenador das forças militares e policiais do Rio de Janeiro, que faz um trabalho conjunto com o Dr. Hilário, integrado com outras áreas da segurança, a ABIN inclusive. Pareceu-me que as pessoas estão bastante seguras quanto ao trabalho que estão realizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Saúdo Daltro Jacques, do Rio de Janeiro, que visita esta Comissão nesta tarde. Muito obrigado.

Por iniciativa do Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Corrêa, esta Comissão recebeu convite para fazer visita *in loco* ao Rio de Janeiro. E



estamos agendando a visita para este mês, a exemplo do que ocorreu com a Comissão de Turismo.

Para suas considerações finais, concedo por 3 minutos a palavra ao General Juarez Genial.

O SR. JUAREZ GENIAL - Gostaria de agradecer à Comissão a atenção e a oportunidade de poder falar um pouco do trabalho desenvolvido.

Aproveitando o que foi dito pelo nobre Deputado sobre torcer, deixo uma mensagem: desde o dia 13, virei torcedor. Também sou otimista, sempre fui muito otimista, acho que tudo dará certo. Não deveremos ter problemas durante os Jogos Pan-Americanos. Desde o dia 13, sou um torcedor de que isso ocorra, um torcedor preocupado. A luz amarela citada pelo nobre Deputado, para mim, é intensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Concedo a palavra ao General Sérgio Lineu Vasconcelos Rosário.

O SR. SÉRGIO LINEU VASCONCELOS ROSÁRIO - Deputado Marcelo Itagiba, estou muito grato por sua presteza e por sua ação direta, que transformou em realidade reunião que, muito mais do que uma declaração, um testemunho do trabalho que realizamos, é uma demonstração da preocupação de V.Exa. com a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado a V.Exa. em particular.

Agradeço a todos a oportunidade de nos permitir apresentar aquilo para o qual fomos contratados de fato. Ressalto e repito em alto e bom som que fizemos um trabalho sem medo nenhum de errar e — a idade já nos permite assim nos expressar — de grande competência profissional. A equipe era constituída de pessoas e profissionais maduros, homens de mais de 50 ou 60 anos de idade, com experiência no Brasil e no exterior, que se dedicaram muito mais a uma causa do que simplesmente a cumprir horário de expediente para realizarem trabalho ou apresentarem-se publicamente com intenções ou interesses de outra natureza que não fossem exclusivamente profissionais e dedicados ao Comitê Organizador.

Ressalto mais dois aspectos, sendo que de um já falei há pouco. Acredito que o trabalho da SENASP seja bem feito. É possível que ela não tenha uma estrutura



adequada em termos de efetivos e de pessoas em seu quadro permanente para acompanhar um planejamento e depois a execução.

Tenho certeza de que o trabalho de Luiz Fernando Corrêa é muito bem-intencionado. Acredito que, se houver dedicação plena e direta, a partir de agora, certamente serão amenizados e minimizados possíveis incidentes. Acredito também que, se não houver um treinamento mínimo — na condição de militar, não me afasto desse raciocínio —, há possibilidade de algum insucesso, presente ou com repercussão para posteriores intenções brasileiras — os Jogos Pan-Americanos serão sediados no Brasil e não apenas no Rio de Janeiro —, a exemplo dos Jogos Olímpicos, particularmente, com candidatura para 2016. Qualquer incidente mais grave maculará essa intenção, mas torceremos para que isso não ocorra.

Não será por ter sido afastado do processo que jogarei pedras no CO-RIO. Reconheço o trabalho que foi e que está sendo realizado como um todo, no âmbito de planejamento. E repito o que disse antes: o trabalho é melhor do que o que vi em Atenas. Ele só não pode ficar prejudicado por alguma ação ou incidente.

Neste sentido, cumprimento esta Casa pela iniciativa. Espero que a iniciativa não termine agora, pelo contrário, que ela se intensifique nos próximos 2 meses para minimizar possíveis incidentes.

Para encerrar, Sr. Presidente, sou muito grato pela atenção e pela oportunidade. Aqui viemos com o coração aberto para dizer exatamente o que fizemos, o que vimos e ao que assistimos. Se convocados para outras oportunidades, certamente o faremos com a mesma intensidade de boa vontade de contribuir, participando de um processo que evidentemente só tem a engrandecer e melhorar a situação de segurança pública não tão favorável na cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Em nome desta Comissão, agradeço aos convidados os esclarecimentos e informações prestados com objetividade e clareza.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião deliberativa para amanhã, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário 9, para deliberação de matérias já divulgadas.

Está encerrada a reunião.